

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

ATA Nº 044

PRESIDENTE - DEPUTADO NININHO

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) - Senhoras e senhores, bom dia!

Neste momento, daremos início à Audiência Pública requerida pelo Deputado Nininho, Presidente da Comissão de Revisão Territorial dos Municípios e das Cidades, com objetivo de debater o resultado dos trabalhos do projeto de atualização das divisas intermunicipais, realizado no Estado de Mato Grosso.

Convido para compor a Mesa os Exm^{os} Srs. Deputados Nininho e Baiano Filho; o Secretário de Estado de Planejamento, Sr. Gustavo de Oliveira; o Sr. Reinhard Ramminger, Secretário-adjunto de Informações Socioeconômicas, Geográficas e Indicadores da Secretaria de Estado de Planejamento; a Chefe da Unidade Estadual do IBGE de Mato Grosso, Sr^a Millane Chaves; a Coordenadora de Cartografia da Secretaria de Estado de Planejamento, Sr^a Lígia Camargo; e o Prefeito Municipal de Araguaiana, Sr. José Marra Nery, neste ato representando os Prefeitos do Estado de Mato Grosso.

Composta a mesa de honra, convido todos para, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) - Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que compareceram a esta Audiência Pública: Antônio Albutar, Superintendente de Estudos Socioeconômicos da SEPLAN; João Batista Vaz, Prefeito Municipal de Nova Xavantina; Jane Rosa, Prefeita Municipal de Poxoréu; Jiovan Faria, Prefeito Municipal de Campinópolis; Ademir Gaspar de Lima, Prefeito Municipal de Jaciara; Valdenir José dos Santos, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã; Fábio Schoeter, Prefeito Municipal de Campo Verde; Iilton Ferreira Barbosa, Prefeito Municipal de Tesouro; Eduardo José da Silva Abreu, Vice-Prefeito de São Pedro da Cipa; Adiel Alves Filho, Vereador do Município de Araguaia; Valdivino Rodrigues, Vereador de Araguainha; Hamilton Simões Silva, Vereador de Campinópolis; Cícero Pereira Filho, Vereador do Município de Paranatinga; Cleiton Rodrigues da Silva, Vereador do Município de Paranatinga; Oseas Marinho, Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Juscimeira; Adilson Miguel Novaki, Vereador de Juscimeira; Josair Jeremias Lopes, Prefeito do Município de Dom Aquino; Alencar de Pereira da Silva, Vereador do Município de Colíder; Vereador Laudir Martarello, Presidente da Câmara Municipal de Pedra Preta; Iraci Ferreira de Souza, Vereadora do Município de Pedra Preta; Vanderson Marinho Mendonça, Vereador do Município de Pedra Preta; Semy Mendes de Freitas, Vereador do Município de Pedra Preta; Vereador José Dias, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nova Ubiratã; Antônio Leitão de Sousa, Vereador de Nova Ubiratã; Valdemiro Furst, Vereador de Nova Ubiratã; Heder Machado, Vereador de Nova Ubiratã;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Jaime Hobold Junior, Vereador de Nova Ubiratã; Leonildo Antônio, Vereador de Nova Ubiratã; Juscelino Castro, Presidente da Câmara Municipal de Tesouro; José Serafim Ribeiro de Moraes, Vereador de Guiratinga; Ozéias Pondé Dias, Vereador do Município de Guiratinga; Juarez Cândido Barbosa, Vereador do Município de Tesouro; José Moraes Filho, Vereador do Município de Tesouro; Euclides Cecatto, Vereador do Município de Santo Antonio do Leste; José Arimateia Vieira Alves, Vereador do Município de Santo Antonio do Leste; Paulo Alves de Paula, Vereador do Município de São José do Povo; Pedro Cambara, Vereador de Campo Verde; Carmen Betti Borges de Oliveira, Vereadora do Município de Primavera do Leste; Antonio Marcos C. Santos, Vereador do Município de Primavera do Leste; Aguinaldo Alves da Silva, Batata, Vereador de Poxoréu; Antonio Carlos Ramos Neto, o Carlinhos, Vereador de Poxoréu; João Machado Neto, Vereador de Nova Xavantina; Carlos Antônio de Carmo, Vereador e Presidente da Câmara do Município de Poxoréu; Francisco Severino de Barros, Vereador de Poxoréu; Carlos Eduardo de Lima, Vereador de Chapada dos Guimarães; Cassilda Siqueira, Vereadora do Município de Chapada dos Guimarães; Rogério Ferreira da Silva, Procurador do Município de Nova Ubiratã; Vilmar de Souza, Coordenador de Arrecadação de Cadastro de Tributos, representando a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste; Cássio Crepaldi, Secretário Municipal de Obras do Município de Jucimeira; Lenir Uronski, Secretário Municipal de Educação de Nova Ubiratã; Ari Ferreira Bonilha, Secretário Municipal e Chefe de Gabinete do Município de Guiratinga; Marcelo Guerreiro, Secretário Municipal de Educação do Município de São José do Povo; Adriano Voigt, Secretário Municipal de Desenvolvimento de Primavera do Leste; Leomar Rodrigues Souza, Secretário Municipal de Infraestrutura de Jaciara; Edmar Dojas, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Regularização Fundiária de Paranatinga; Valdecir Feltrin, Secretário Municipal de Receita e Prefeitura Municipal de Rondonópolis; Andréia Cassol, Secretária Municipal de Administração Alto Garças; Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração de Alto Araguaia; Guilhermando Rodrigues, Secretário Municipal de Agricultura de Tesouro; Tania Soares da Silva, Diretora de Tributos da Prefeitura de São Pedro da Cipa; Marlon Paniago, Procurador Municipal de Alto Araguaia; Maria Aparecida Bianchin Pacheco, Registradora de Imóveis Poxoréu e Presidente ANOREG-MT; Renata Bortoleto, Coordenadora Operacional do IBGE-MT; Bruno Becker, Cartorário de Nova Ubiratã; Ricardo Amorim, Gerente de Departamento de Cartografia da Prefeitura de Rondonópolis; Lenir da Silva Pereira Castro, Presidente da Vila Praia Rica de Chapada dos Guimarães; Isaías Borges Campos, Coordenador de Meio Ambiente da Prefeitura de Primavera do Leste; Getúlio Dutra Vieira Neto, Prefeito Eleito de Araguaiana; Silvio José de Moraes Filho, Prefeito Eleito de Araguainha; Nelson Paim, Prefeito Eleito do Município de Poxoréu; Marlon César, Vice-Prefeito Eleito de Poxoréu; Rosa Lisboa, Vereadora Eleita de Chapada dos Guimarães.

Agradecemos aos Técnicos da SEPLAN e à imprensa presente.

Ainda registramos a presença dos produtores rurais dos Municípios de Santo do Leste, Chapada dos Guimarães, Poxoréu, Primavera do Leste, Tesouro, São José do Povo e Guiratinga.

Na sequência, passo a palavra para o autor do Requerimento para comandar os trabalhos, Deputado Nininho.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Meu bom dia a todos: autoridades, senhoras e senhores presentes.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, Deputado Ondanir Bortolini - Nininho, Presidente da Comissão de Revisão Territorial dos Municípios e das Cidades, com o objetivo de debater o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

resultado dos trabalhos do projeto de atualização das divisas intermunicipais, realizado no Estado de Mato Grosso.

Quero cumprimentar nosso colega, membro da referida Comissão e nosso amigo, Deputado Baiano Filho; o Secretário de Estado de Planejamento e nosso amigo, Sr. Gustavo de Oliveira; a Dr.^a Millane Chaves, Chefe da Unidade Estadual do IBGE do Estado de Mato Grosso; o nosso companheiro e amigo, José Marra, Prefeito do Município de Araguaiana, em nome do qual, cumprimento os demais prefeitos; o Dr. Reinhard Ramminger, Secretário-Adjunto de Informações Socioeconômicas, Geográficas e de Indicadores da Secretaria de Estado de Planejamento; e a nossa companheira, Dr.^a Lígia Camargo, Coordenadora de Cartografia da Secretaria de Estado de Planejamento-SEPLAN.

Em nome do Vereador Fabíola, de Pedra Preta, quero cumprimentar os demais vereadores, também em nome do Vereador Laudir, Presidente da Câmara de Pedra Preta, todos os presidentes de Câmaras, os secretários e população presente.

Antes De a Dr.^a Lígia fazer a explanação, passo a palavra ao Deputado Dr. Leonardo.

O Sr. Dr. Leonardo (FORA DO MICROFONE) - No final.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - No final? Vossa Excelência acha melhor, após...?

Então, passo a palavra, para a Dr.^a Ligia, para que faça a apresentação de todo trabalho que foi feito.

Vamos quebrar o protocolo e vamos deixar o Dr. Gustavo fazer o uso da palavra, depois a Dr.^a Ligia faz a apresentação, e nós falamos, posteriormente, Deputado Baiano Filho, haja vista que o Secretário tem outro compromisso.

Eu passo a palavra ao Secretário, Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Presidente, muito obrigado pela deferência. Peço desculpas aos senhores, tenho outra Audiência Pública, nós estamos discutindo o orçamento do Estado para 2017 e esta outra Audiência começa em alguns minutos e eu terei que me ausentar. Não poderei acompanhar aqui, mas tenho a certeza de que toda a equipe da SEPLAN, liderada pelo Secretário-Adjunto Reinhard, vai poder comparecer com as informações e todos os esclarecimentos necessários.

Quero chamar a atenção rapidamente para três questões muito importantes que nós iremos debater hoje.

Primeiro, a importância da própria revisão dos limites territoriais dos Municípios... Deputado Nininho, é muito importante que esta iniciativa, que começou há alguns anos, continue até o final, da maneira mais rápida possível, porque o que a equipe da SEPLAN encontrou em campo, durante os trabalhos, realmente tem consequências muito graves. Primeiro, para o próprio cidadão que - passem os senhores- por questão de fundação dos Municípios, as equipes chegam a achar áreas entre os Municípios que sequer têm cobertura municipal, porque o limite de um Município não encosta no outro. São vazios municipais que nós temos em 2016, dentro do Estado, Deputado. Pessoas morando em áreas que não tem cobertura de serviços municipais. Esta é a gravidade e a importância deste trabalho que só é possível ser conduzido pela parceria que a SEPLAN tem aqui com a Assembleia, com o gabinete de Desenvolvimento Regional e com o IBGE. Então, essa talvez seja a grande importância deste trabalho que a Sr.^a Lígia irá apresentar, nossa coordenadora apresentará aos senhores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Mas, também, nos deparamos com outras questões igualmente importantes. Uma população sendo atendida por um Município, embora geograficamente pertença a outro, e isto o senhor bem sabe, como Deputado experiente que é, os problemas que isto gera. Primeiro, para a população, que tem que buscar serviço em um Município que geograficamente não é o da sua residência, mas também para o gestor municipal.

Eu sei que nós temos prefeitos e prefeitos eleitos. Quero chamar a atenção dos senhores para a gravidade disto. Vejam os senhores, se os senhores dispararem, por exemplo, transportes escolares para atender crianças fora dos limites do Município estão sujeitos a penalidades por uso do recurso municipal fora dos limites. Então, a importância deste trabalho, também, para o gestor municipal, Deputado, é gigantesca.

Como foi a metodologia, e isso é importante destacar, Mato Grosso é apenas o quarto Estado da Federação a resolver, a se propor a resolver esse problema.

E aqui nós tivemos uma inovação que, inclusive, foi objeto de estudo da equipe nacional que cuida da divisa dos limites territoriais, que é a possibilidade de uma vez detectada qualquer tipo de inconsistência, como uma área que embora pertença ao Município e é atendida por outro... A metodologia previu que os próprios Municípios pudessem sentar e conversar sobre o problema, tentando uma saída de consenso entre eles.

Essa metodologia, que é inovadora no país todo, foi eficaz - no caso aqui, desses blocos dois e três - em dois terços da situação.

O senhor veja que há um anseio dos próprios Municípios em resolver essa questão e os próprios Municípios têm propostas. Mas, infelizmente, em um terço dos casos, esses conceitos não foram possíveis, e a equipe foi a campo com um trabalho muito consistente de entrevistas pessoais nas localidades para identificar onde essas populações realmente referenciam os seus serviços de educação, de saúde e de segurança.

Então, para não me alongar e para que nós possamos finalmente conhecer o trabalho nesses blocos três e quatro, Deputado, eu queria primeiro, mais uma vez, pedir desculpas por ter que me ausentar, mas a discussão do orçamento do ano que vem precisa acontecer para que possamos avançar nesse momento de crise que o País e o Estado enfrentam.

Mas, principalmente, quero pedir à Assembleia Legislativa que tão logo encaminharmos essas questões dos blocos três e quatro, possamos sentar e quem sabe ampliar os esforços para que possamos num tempo menor... A equipe técnica me demonstra que no ritmo atual nós demoraremos algo como três ou quatro anos para concluir o trabalho. Creio que é importante que nós possamos discutir a possibilidade de acelerar isso, porque não é possível que no ano de 2016, se aproximando de 2017, nós ainda tenhamos mato-grossenses morando em áreas sem cobertura municipal. Isso é um problema muito grave para os gestores municipais, mas também para o cidadão.

Quero agradecer imensamente a parceria da Assembleia Legislativa, a liderança fundamental de Vossa Excelência nesse processo, Deputado. Creio que vamos ter um debate bastante importante para a sociedade, mas esse trabalho precisa avançar e rapidamente para que possamos - nas palavras do Governador Pedro Taques - cumprir uma de suas principais promessas que é não deixar nenhum mato-grossense para trás.

Obrigado, um bom dia e um bom trabalho a todos aqui. (PALMAS)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) - Sr. Presidente, quero informar, antes da palestra da Dr^a Ana Lígia Camargo, que, caso haja alguém interessado na plateia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

em interpelar a palestrante, poderá fazê-lo com prévia inscrição com o nosso Cerimonial estritamente sobre o assunto. O intervalo será de três minutos para a resposta.

Obrigado pela presença.

Com a palavra o Presidente, Deputado Nininho.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Quero agradecer a participação do nosso Secretário Gustavo Oliveira.

Aproveitar as palavras do Secretário para deixar bem claro a todos, aos prefeitos, vereadores e lideranças, da importância desse trabalho. Esse realmente é um trabalho que há anos vem se arrastando e que nunca teve conclusão. Com certeza, nenhum Deputado gostaria de estar aqui, nesta cadeira, neste momento. Quero dizer que não tenho preocupação nenhuma de presidir este trabalho, porque é uma missão atribuída à Assembleia Legislativa que alguém tem que assumir. Nós não podemos ficar aqui ocupando um espaço e fazer de conta que estamos trabalhando. Temos que fazer o nosso trabalho.

Então, quero deixar bem claro a todos os prefeitos e lideranças que nós, Deputados, que fizemos parte dessa Comissão não nos deslocamos, em momento algum, para ir a campo, para dar sugestão em lugar nenhum. Não participamos de nenhuma audiência nos Municípios. Isso é de total liberdade da equipe da SEPLAN, como aqui foi colocado pelo nosso Secretário, aqui representado pela Dr^a Lígia Camargo, está aqui a representante do IBGE, mas é um trabalho extremamente importante e não podemos, como dizem estamos no ano de 2016, ter cidadãos que, ainda, não sabem a que Município recorrer quanto aos seus direitos.

O que queremos aqui é simplesmente corrigir essas distorções, até porque quanto a esse trabalho a lei permite que nenhum Município perca mais que 5% do seu território. Então, é justamente para corrigir pequenas distorções. Não é com intuito de exaurir a economia de um Município para beneficiar o outro e nada. É com o objetivo de corrigir essas distorções, como diz, ouvindo sempre a comunidade.

Este é o terceiro e quarto blocos e como no primeiro bloco tivemos uma experiência a mais - não é, Dr^a Lígia? - pedi à equipe que procurasse aumentar ao máximo o número de entrevistas no campo para ouvir o máximo de pessoas para que elas realmente deem esse rumo para que possamos aqui tomar uma decisão sem cometermos injustiça, pois, não é esse o nosso objetivo.

Quero, também, cumprimentar e convidar a nossa companheira, nossa amiga Deputada Janaina Riva, para fazer parte deste trabalho.

Passo a palavra a Dr^a Lígia Camargo para fazer a apresentação de todo o trabalho feito nesse período. Todos poderão analisar esse trabalho e posteriormente façam suas inscrições. Aqui farão uso da palavra autoridades da mesa e, posteriormente, darão resposta a cada um que desejar fazer qualquer indagação.

Portanto, passo a palavra à Dr^a Lígia Camargo para que faça suas considerações e apresentações.

A SR^a LÍGIA CAMARGO - Bom dia a todos!

Convido a todos da mesa, se puderem, para se sentarem mais confortavelmente para assistirem a apresentação.

Eu, também, me deslocarei para a parte central.

Agradeço primeiramente a Secretaria de Estado de Planejamento por todo apoio ao trabalho, ao Governo do Estado; a Assembleia Legislativa; a Comissão de Revisão Territorial, dos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Municípios e das Cidades; o Presidente, Deputado Nininho, por todo apoio ao desenvolvimento de todas as etapas do trabalho.

Se puderem apagar as luzes só da frente, ficará mais nítida a apresentação.

(PAUSA)

Ficou ótimo!

Esse projeto Atualização das Divisas Intermunicipais de Mato Grosso prevê a revisão das leis municipais, das divisas municipais, a atualização dessas divisas. Nós temos um conjunto de leis antigas, da época da criação dos seus Municípios, com vários problemas a serem resolvidos. Já executamos o trabalho do primeiro e segundo blocos que são os Municípios da Baixada Cuiabana e estamos, agora, apresentando os resultados do terceiro e quarto blocos.

Esse projeto é uma parceria institucional entre o Executivo, por meio da SEPLAN e do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional; a Assembleia Legislativa por meio da Comissão de Revisão Territorial, dos Municípios e das Cidades; e, também, entre o Estado de Mato Grosso e o IGBE, o Governo Federal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que é parceiro nosso nesse trabalho.

Esse trabalho é previsto na Constituição Federal. Desde 1988, com a nova Constituição, é atribuição dos Estados fazer essa atualização, mas, como já disse o Secretário da SEPLAN, somos o quarto Estado a enfrentar essa questão.

Santa Catarina já tem o trabalho concluído; Bahia já tem o trabalho concluído. Nós nos espelhamos muito nas experiências desses Estados e a nossa metodologia foi muito compartilhada com os resultados desses Estados. E, também, temos o Estado do Acre.

A partir da nossa experiência e da experiência dos demais Estados, outros Estados já estão realizando esse trabalho, a exemplo do Estado de Goiás, Tocantins e outros.

No âmbito do Estado temos, também, a legislação, uma resolução que vou apresentar o seu número logo mais. Temos essa resolução que dá todo esse ambiente legal para exercermos o nosso trabalho como estabelece essa parceria entre o Executivo e o Legislativo. Essa lei nos atribui a elaboração e a execução do plano de ação. (PAUSA)

Eu já vou adiantando, então, o Plano de Ação.

O Plano de Ação envolve dez etapas bem nítidas. Ele é um trabalho desenvolvido por blocos, porque para trabalharmos os 141 Municípios é impossível. Então, nós temos que trabalhar blocos de Municípios.

Nós começamos pela região que tinha o maior número de problemas a serem resolvidos, mais antigos, porque foi a colonização mais antiga do Estado, que é a Baixada Cuiabana. Nós iniciamos os blocos 1 e 2 por essa região e agora estamos nos blocos 3 e 4 com os resultados. Totalizando agora, então, 43 Municípios trabalhados e com a expectativa de agora até o final do ano terem as suas leis publicadas.

A segunda etapa é elaborarmos como equipe técnica um diagnóstico, levantamos todas as inconsistências territoriais. E essas inconsistências territoriais podem ser de dois tipos: o primeiro tipo é aquela que tem origem no próprio memorial descritivo da lei em vigor, um memorial que descreve o perímetro do Município. Ela apresenta problemas, dificuldade de entendimento, confuso. Esse é um tipo de inconsistência territorial.

O outro tipo de inconsistência territorial é aquele administrativo. São comunidades ou região de fazendas, em regiões limítrofes entre Municípios, que, por vezes, acaba sendo administrada pelo Município vizinho, pelo acesso da estrutura viária, por ser mais próximo o núcleo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

urbano dessas áreas. Então, acaba que ela recorre aos serviços de educação, de saúde, de comércio, agências bancárias desses Municípios.

Exatamente aqui que nós estamos, são os problemas administrativos. Então, nós abarcamos essas questões também.

Plano de Ação.

Depois de levantarmos os problemas da legislação, nós fazemos as viagens de campo, visitamos cada Município, apresentamos como é a forma de trabalhar com esse projeto, qual é a metodologia de trabalho e, mais importante ainda, colhemos do Município quais os problemas administrativos que têm em suas divisas, porque entendemos que é o Município que conhece seus problemas.

Então, é a partir das viagens de reconhecimento, uma reunião que se dá na Câmara dos Vereadores ou no Gabinete do Prefeito, reúne todo o Executivo, Legislativo, até mesmo a comunidade, é que temos conhecimento das questões que teremos que enfrentar e trabalhar nesse projeto.

A partir do momento que temos um diagnóstico montado com o conhecimento de todos os problemas dessa região, nós temos condições de realizar a oficina de trabalho. Essa é a novidade que o Secretário falou hoje, foi uma sugestão do Mato Grosso.

Nós entendemos que é muito melhor o Município dialogar com o seu vizinho e eles juntos construírem a solução para as suas questões. Apenas a equipe técnica comanda a reunião, controlando os seus tempos, fornecemos mapas, imagem de satélite, damos todo apoio técnico, mas favorecemos o diálogo e o empreendimento. Não havendo a concordância entre as partes, não há problema também para a equipe técnica, porque nós vamos exercer o nosso respeito ao contraditório.

Então, nós registramos as propostas da forma que o Município quer colocar, de próprio punho. Inclusive, ele redige essa proposta e nós registramos e vamos continuar com o trabalho. Por quê? Porque a competência de resolver as questões é da Assembleia Legislativa e nós, como equipe da SEPLAN, fornecemos os subsídios técnicos para essas decisões. Mas a decisão é aqui da Comissão de Divisão Territorial, é dos Deputados da Assembleia Legislativa.

Após a oficina de trabalho, nós realizamos o trabalho de campo. O trabalho de campo é apenas naquelas questões que há necessidade de ir a campo com a aplicação de questionário socioeconômico e geográfico para definir o quê? O relacionamento dessa comunidade com qual núcleo urbano e qual teria melhores condições de atender esta comunidade.

Diante de todos esses resultados, as oficinas de trabalho, as visitas técnicas, o trabalho de campo, nós voltamos ao nosso ambiente de trabalho, processamos, organizamos todas as informações e elaboramos uma análise técnica, os mapas e os memoriais descritivos que estão nas mãos dos senhores. É esse material que nós elaboramos aí. Ele é uma proposta que vai ser apresentado aqui. Se houver colocações que tenham uma justificativa plausível, ela pode ser considera sim, ainda, e nós vamos rever, se for possível, e se precisar de alguma alteração nós faremos sem problema.

Quero chamar a atenção que o projeto tem um limite de atuação territorial por inconsistência com cada Município 5% de área, por inconsistência trabalhada, e no total de todas as inconsistências trabalhadas com todos os seus Municípios, nenhum Município pode ceder mais que 10% de área.

Estamos agora, aqui, numa Audiência Pública nesta etapa final dos trabalhos, depois, então, se houver necessidade de alguns ajustes nós vamos fazer esses ajustes, e aí, sim, colocar a disposição dos Deputados da Casa para apreciarem e votarem a minuta de lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Então, nós estamos no bloco 3, um bloco muito grande, com 19 Municípios e mais 11 Municípios limítrofes; o bloco 4, mais 11 Municípios e mais 3 limítrofes.

Quero apenas dizer aos senhores que o nosso trabalho é um trabalho de pesquisa, que começa desde toda legislação territorial que tem cada Município, montando a sua genealogia, qual Município teve origem de cedência de território de outro. Então, nós montamos toda essa legislação, montamos toda essa lógica de territorial que está conformada atual, tanto do bloco 3 quanto do bloco 4.

O diagnóstico preliminar mostrou que nós temos uma questão de duas áreas isoladas, ao espacializar todos os memoriais descritivos, as leis dos Municípios, nós temos duas áreas isoladas entre os Municípios de Dom Aquino, Poxoréu e São Pedro da Cipa.

Então, partimos para a viagem de campo com 38 Municípios, 30 Municípios dos blocos 3 e 4 e mais 8 Municípios limítrofes.

As visitas se deram em julho, a partir de julho até novembro em todos os Municípios do bloco três e quatro.

Estas são algumas fotos registrando as reuniões, as visitas técnicas. Não coloquei todas, mas de todas nós temos fotos.

Quero ressaltar a presença do Sr. José Henrique da Silva, gerente da divisão territorial brasileira do IBGE, nos acompanhando nos trabalhos de visita técnica, é o apoio do IBGE em todas as etapas, isto é bastante significativo e importante para nós.

Após as visitas técnicas, nós podemos então ter um diagnóstico completo de todas as inconsistências territoriais a serem trabalhadas, e nós diagnosticamos então mais vinte nove inconsistências de origem administrativa desta população que vive entre as divisas dos Municípios.

Depois das visitas técnicas e ter mapeado todas estas inconsistências territoriais, nós tivemos condições de realizar a oficina de trabalho, que ela se deu de 29 de fevereiro a 04 de março de 2016. Foram trabalhos intensos em torno de uma semana, foram vinte e nove reuniões realizadas entre todos os que tinham questões a serem trabalhadas.

Estes são alguns registros fotográficos das reuniões realizadas, quero ressaltar aqui a técnica Renata Bortoletto do IBEG, comandando aqui os trabalhos de um grupo.

Aqui a nossa equipe, a Carol, o João Leite trabalhando, o Marcos comandando também os trabalhos dos grupos, aqui a Tatiane e toda a nossa equipe reunida, a Sirdilene aqui da Assembleia, os trabalhos lá da oficina.

Bom, então como resultado da oficina de trabalho, nós tivemos trinta reuniões realizadas, com trinta Atas realizadas e nestas Atas registradas as propostas dos envolvidos em cada questão a ser trabalhada.

Um importante resultado aqui, das trinta reuniões realizadas, vinte já tiveram encaminhamentos suficientes no âmbito da oficina, deram acordo, já alugaram. Então, realmente é um resultado muito importante. E naqueles dez nós tivemos a necessidade de ir a campo. Mesmo entre esses dez nós tivemos casos de acordos, mas houve a necessidade de colher informações do campo, coordenadas geográficas e tudo mais.

Então, este é um processo que reduz bastante os trabalhos de campo acelerando todo processo.

Nós tivemos a necessidade ir só de em dez áreas para colher dados no campo, aplicar questionários socioeconômico e geográfico.

Esse aqui é um registro da nossa equipe ao campo, nós pedimos a todos, nós treinamos, fazemos uma reunião para ter o máximo de respeito na abordagem a todos que vamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

abordar, a fazer os questionários. Então, nós temos um preparo muito intenso antes de irmos às comunidades porque entendemos que as informações são extremamente importantes. É só o campo que mostra para nós a verdadeira realidade.

Eu quero chamar a atenção também que todas as entrevistas têm coordenadas geográficas, todos os técnicos foram acompanhados de GPS registrando todas coordenadas de todas as entrevistas.

E pagávamos a comunidade do jeito que ela estava trabalhando em cima do burro, e em cima do burro mesmo fazíamos as entrevistas, porque é extremamente importante alguns registros da região.

Também chama atenção aqui a técnica do IBGE, Poliana, lá de Rondonópolis.

E agora, sim, é o resultado propriamente dito. De uma maneira bem rápida eu vou procurar apresentar, porque são trinta resultados, então, eu peço também um pouquinho de tolerância de vocês e paciência comigo, vou então apresentar agora os resultados.

São Pedro da Cipa e Juscimeira: Na área dos Distritos de Irenópolis e Juscimeira, São Pedro da Cipa alegou ter melhores condições de exercer ações administrativas. No entanto, São Pedro da Cipa não compareceu na oficina de trabalho, e Juscimeira registrou a sua intenção de permanência dos limites atuais.

Considerando que São Pedro da Cipa também não encaminhou documentação que comprova administração nesta área, conclui-se então que os limites entre São Pedro da Cipa e Juscimeira, nesta área, continuem inalterados. Temos aqui o distrito de Irenópolis, essa é a área. Os limites ficam inalterados entre os dois Municípios.

Primavera do Leste e Poxoréu. Primavera do Leste alegou exercer ações administrativas na região de fazendas a Noroeste do Município de Poxoréu e na região do Distrito de Nova Poxoréu por ser áreas próximas das suas sedes urbanas.

Na Oficina de Trabalho Poxoréu colocou que as divisas em confrontação com o Município de Primavera do Leste permaneçam inalteradas. Uma vez que exerce administração nessas áreas.

Primavera do Leste afirmou que requereu esse território por solicitação das comunidades dessa área. Então, a questão agora passa a ser de ir a campo e determinar esse relacionamento desta população que vive nessas duas áreas citadas aí. Fomos a campo nessa região, aplicando os questionários e continuando o trabalho.

Diante dos resultados da vistoria de campo, nós podemos considerar que Poxoréu entregou documentação de administração na área da saúde, da educação e infraestrutura nessas áreas.

Primavera do Leste entregou documentação na área de saúde, transporte escolar, assistência social, policiamento e listagem de abaixo-assinado com 697 assinaturas de moradores dessa região de Nova Poxoréu, requerendo serem pertencentes ao Município de Primavera do Leste.

A vistoria de campo mostrou que nós temos duas situações.

Uma situação é a área de fazendas, a Noroeste do Município de Poxoréu e que essa é uma região de agricultura moderna de grandes propriedades, principalmente as fazendas Cidade Verde, Onça Pintada e São José que apesar de se manifestarem suas entrevistas, recorrerem aos serviços urbanos de Primavera do Leste, elas não representam um contingente populacional que demande uma alteração territorial ficando essa área de fazendas inalterada.

Agora outra situação que nós encontramos na região da Nova Poxoréu: os resultados evidenciaram uma forte influência da área urbana de Primavera do Leste, uma vez que 98% dos moradores entrevistados disseram recorrer ao seu serviço de saúde; 100%, aos serviços ofertados no seu centro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

urbano; e 93,9% manifestaram que Primavera do Leste teria melhores condições de atender a região, dada a proximidade com o seu núcleo urbano. Diante deste resultado, conclui-se que é procedente o requerimento de Primavera do Leste quanto à região de Nova Poxoréu.

A área da região de Nova Poxoréu é de 186,50 quilômetros quadrados, o que representa 2,73% da área do Município de Poxoréu, dentro dos nossos parâmetros de trabalho, caracterizando desta forma como um ajuste territorial.

Aqui, nesta imagem de satélite, temos em vermelho o limite atual entre Primavera do Leste e Poxoréu, esta é a área de fazendas, requerida para Primavera do Leste e fica inalterada.

Aqui em amarelo temos a proposta, resultado do nosso trabalho, então, esta área fica inalterada continuando para o Município de Poxoréu. Esta área que é a região de Nova Poxoréu, a proposta é de que seja deslocada para o Município de Primavera do Leste, diante dos resultados do trabalho.

Grupo de Rondonópolis e Pedra Preta. (PALMAS) Rondonópolis requereu a área na região do Distrito de Nova Galileia em Pedra Preta, de forma a rever os limites nesta área e região, principalmente quanto à linha seca. Uma linha seca é uma ruína difícil de administrar entre os Municípios.

Na oficina de trabalho, houve acordo dos Municípios em alterar aquela área sendo que a área de Rondonópolis para Pedra Preta era de 62,38 quilômetros quadrados e a área que vai de Pedra Preta para Rondonópolis é 39,17 quilômetros quadrados, isto de acordo com o próprio croqui que os Municípios fizeram na oficina de trabalho.

Fornecemos mapas, imagens, eles desenharam em cima deste material e nós aqui apenas calculamos as áreas a serem remanejadas. Há uma diferença a favor de Pedra Preta de 23,21 quilômetros quadrados o que significa 0,48% do território de Rondonópolis, caracterizando desta forma um ajuste territorial.

Temos aqui em vermelho o limite atual e esta linha seca, então, esse território aqui passa para Rondonópolis, esse território aqui passa para Pedra Preta, como mostra essa proposta em amarelo aqui mais abaixo.

Dom Aquino, Poxoréu e São Pedro da Cipa. Duas áreas sem jurisdição municipal entre esses Municípios, na oficina de trabalho os Municípios também formularam um acordo em que o resultado foi: na área 01, parte desse território passa para o Município de Dom Aquino e parte passa para o Município de Poxoréu; na área 02, toda área isolada passa para o Município de Poxoréu. Não há cálculo de perda de área neste caso, porque essas duas áreas não estavam citadas em nenhuma lei em vigor.

Então, aqui nós temos o resultado, a área isolada 01 e a área isolada 02 entre os Municípios de Dom Aquino, Poxoréu e São Pedro da Cipa. Então, metade dessa área passa para os Municípios de Dom Aquino, metade para Poxoréu e toda essa área 02 passa para o Município Poxoréu, conforme croqui que os Municípios desenharam de próprio punho na época da oficina de trabalho.

São José do Povo e Guiratinga. Na região de Assentamento Salete Strozak e Dois Irmãos, bem como no Distrito de Vale Rico no Município de Guiratinga, São José do Povo alegou exercer ações administrativas nessas comunidades, na oficina de trabalho São José do Povo reafirmou o requerimento desses assentamentos e também Distrito de Vale Rico, Guiratinga afirmou a permanência dos limites atuais. Então, neste caso também houve a necessidade de campo e aplicação de questionários nessas comunidades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Então, aqui algum registro fotográfico dessa região, da aplicação dos questionários a moradores ali do local.

Resultados então, nós consideramos que São José do Povo entregou listagem de abaixo-assinado com 38 assinaturas de moradores do Assentamento Salete Strozak, requerendo serem pertencentes a São José do Povo. A pesquisa mostrou que ocorre forte influência de São José do Povo na região do Salete Strozak e Dois Irmãos e também no Distrito de Vale Rico, tendo o seguinte resultado: 54% dos moradores de Vale Rico, 84% dos moradores do Assentamento Dois Irmãos e 94% dos moradores de Salete Strozak, manifestaram que São José do Povo teria melhores condições de administra-los.

Eu chamo atenção aqui aos 54% dos moradores do Distrito, foi um resultado dividido e isto mostra que nesta área entre Vale Rico e Dois Irmãos, que são próximas, por este resultado dividido, meio a meio praticamente, então a proposta é que esta região fique inalterada, que permaneça em Guiratinga.

No entanto, na região do Assentamento Salete Strozak foi muito mais evidente este relacionamento, então se conclui que o Salete Strozak passe a pertencer a São José do Povo. A área do Assentamento Salete Strozak é de 16,38 quilômetros quadrados, o que representa 0,32% da área territorial do Município de Guiratinga, caracterizando aí um ajuste territorial.

Nós temos aqui o Distrito de Vale Rico e o Assentamento Dois Irmãos. Embora o resultado de Dois Irmãos tenha sido forte, mais de 80%, ele tem um relacionamento muito forte com o Distrito de Vale Rico e não podemos dissociar um do outro. Por quê? Porque as crianças daqui estudam em escolas de Vale Rico. Por isto que fica a questão desta região aqui inalterada.

Já esta região aqui, do Salete Strozak, tem um relacionamento forte com a área urbana de São José do Povo, então aí sim a proposta é de alteração deste território.

Itiquira e Pedra Preta. Na região sudeste do Município de Pedra Preta, Itiquira alegou exercer ações administrativas. Na oficina de trabalho, Itiquira não compareceu e Pedra Preta requereu a permanência dos limites atuais. Como Itiquira também não encaminhou documentação, então os limites ficam inalterados. Então os limites entre Pedra Preta e Itiquira permanecem os mesmos.

São José do Povo e Poxoréu. Nas comunidades da região de Areia, no Município de Poxoréu, São José do Povo alegou exercer ações administrativas. Então São José do Povo, na Oficina de Trabalho, solicitou aplicação de pesquisa local; e Poxoréu solicitou a permanência dos limites atuais, uma vez que se comprometeu a atender a região nas suas necessidades socioeconômicas.

A região de Areia é uma área de fazendas em grandes propriedades, como as Fazendas 26 de outubro, Adriana, Fátima, Belmonte e Morro Alto. Apesar de manifestarem que recorrem a serviços urbanos de São José do Povo, é uma região que não representa um contingente populacional que demande alteração territorial, ficando, portanto, a proposta inalterada para essa região.

Então os limites entre Poxoréu e São José do Povo, nessa região de Areia, requisitada pelo Município de Poxoréu, fica inalterada, permanecendo os limites atuais.

Alto Garças e Guiratinga. Na região de Onça, em Guiratinga, Alto Garças alegou exercer ações administrativas. Na Oficina de Trabalho, houve um acordo entre as partes de não alteração desses limites, o que foi respeitado pela equipe. Então permanecem inalterados os limites entre Guiratinga e Alto Garças.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Santo Antônio do Leste e Campinópolis. Na região do Assentamento de Noidorinho, em Campinópolis, Santo Antônio do Leste alegou exercer ações administrativas. Na Oficina de Trabalho, Santo Antônio do Leste e Campinópolis solicitaram levantamento socioeconômico nesta região. Santo Antônio do Leste entregou documentação de atendimento de transporte escolar e matrículas de jovens nesta região. E a vistoria de campo mostrou que, na área indicada por Santo Antônio do Leste, 100% das famílias lá residentes manifestaram que o Município de Santo Antônio do Leste teria melhores condições de lhes atender. Então essa foi a pesquisa realizada na região. Desta forma, diante dos resultados da vistoria, conclui-se procedente o requerimento do Município de Santo Antônio do Leste para a região.

A área de fazendas, em Campinópolis, é de 249,56 quilômetros quadrados, o que representa 4,17% do território de Campinópolis, dentro do ajuste territorial. Então nessa região aqui a proposta é de alteração para pertencer ao Município de Santo Antônio do Leste.

Alto Garças e Ponte Branca. Na comunidade da região do café, em Alto Garças, Ponte Branca alegou exercer ações administrativas. Alto Garças e Ponte Branca registraram uma proposta de comum acordo para a região ficar inalterada, então ficou resolvido dessa forma. Alto Garças e Pontes Branca ficam com seus limites pontuais.

Torixoréu e Guiratinga. Próximo a Furnas, em Guiratinga, Torixoréu alegou exercer ações administrativas. Esses Municípios também fizeram uma proposta de comum acordo e essa região ficou inalterada. Então ficam inalterados os limites de Guiratinga e Torixoréu.

Novo São Joaquim e Campinópolis. Na região de fazendas, em Campinópolis, Novo São Joaquim alegou exercer ações administrativas. Na Oficina de Trabalho, os dois Municípios também requereram a aplicação do questionário lá para determinar o relacionamento dessa comunidade. A vistoria de campo mostrou que, na área indicada por Novo São Joaquim, também 100% dos entrevistados manifestaram recorrer ao Município Novo São Joaquim nas suas necessidades socioeconômicas. Então, dessa forma, conclui-se que o requerimento do Município de Novo São Joaquim também é procedente.

Essa é uma área de 175,85 quilômetros quadrados, representando 2,94% da área do Município de Campinópolis, caracterizando, dessa forma, um ajuste territorial. Então essa é uma área em Campinópolis que passa a pertencer ao Município de Novo São Joaquim.

Tesouro e Guiratinga. Na área situada no centro-norte do Município de Guiratinga, Tesouro alegou exercer ações administrativas em função de essa área estar próxima do seu núcleo urbano. Tesouro e Guiratinga registraram uma proposta de comum acordo, ficando inalterada essa região. Então os limites entre Tesouro e Guiratinga ficaram inalterados.

Nova Xavantina e Campinópolis. Na região situada a nordeste do Município de Nova Xavantina, Campinópolis alegou exercer ações administrativas em função de essa área estar próxima do seu núcleo urbano. Nova Xavantina colocou, na Oficina de Trabalho, que as divisas em confrontação deveriam ficar inalteradas, uma vez que exerce administração nessa área. Campinópolis requereu esse território por dar assistência nas áreas de educação, saúde e infraestrutura e por solicitação das comunidades do Assentamento Santa Cruz, Santa Célia e fazendas. Ficou agora a questão de ir a campo aplicar o questionário e definir esse relacionamento dessa região. Estes são alguns registros fotográficos da aplicação dos questionários na região.

Conclui-se, então, que Campinópolis entregou documentação de atendimento nas áreas de educação e saúde e um com abaixo-assinado com 244 assinaturas de moradores dos assentamentos de Santa Cruz, Santa Célia e fazendas, requerendo pertencerem ao Município de Campinópolis. A pesquisa mostrou que ocorre considerável administração de Campinópolis nessa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

região, uma vez que 92% dos entrevistados disseram recorrer ao seu serviço de saúde, 98% disseram que quem mantém as estradas e pontes é o Município de Campinápolis e 88% disseram que Campinápolis teria melhores condições de administrá-los.

Diante desses resultados, conclui-se procedente o requerimento do Município de Campinápolis. E essas áreas dos assentamentos de Santa Cruz, Santa Célia e fazendas correspondem a 273,22 quilômetros quadrados, representando 4,95% da área do Município de Nova Xavantina. Portanto esta é a área do assentamento Santa Cruz, Santa Célia e fazendas, no Município de Nova Xavantina, que passam a pertencer, na proposta nossa, ao Município de Campinápolis.

Santo Antônio do Leste e Novo São Joaquim. Na região noroeste do Município de Novo São Joaquim, Santo Antônio do Leste alegou exercer ações administrativas. Novo São Joaquim, na Oficina de Trabalho, colocou que a divisa em confrontação com o Município de Santo Antônio do Leste deve permanecer inalteradas. E Santo Antônio do Leste requereu este território por prestar assistência na região nas áreas de saúde e educação e na manutenção de estradas. A questão também foi levantada em campo para definir essa situação de relacionamento em torno das comunidades. Santo Antônio do Leste entregou uma planilha de custo de transporte escolar na região das fazendas Duas Nascentes, Castelinho, Maringá, Atlântica, Canaxuê, Não-me-toques, Planalto e Nossa Senhora Aparecida. A pesquisa mostrou a considerável administração de Santo Antônio do Leste nesta região, uma vez que 100% dos moradores entrevistados disseram que o Município de Santo Antônio do Leste teria melhores condições de administrá-los.

Portanto conclui-se procedente o requerimento do Município de Santo Antônio do Leste, sendo que a área de fazendas é de 147,41 quilômetros quadrados, representando 2,79% da área do Município de Novo São Joaquim, caracterizando dessa forma o ajuste territorial.

Esta é a área requerida por Santo Antônio do Leste e Novo São Joaquim. Então a proposta é que ela passe a pertencer ao Município de Santo Antônio do Leste.

Torixoréu e Ribeirãozinho. Na área situada no extremo sul do Município de Torixoréu, próximo a MT-270, Ribeirãozinho alegou exercer ações administrativas. Na oficina de trabalho, Ribeirãozinho não compareceu. Torixoréu requereu a permanência dos limites atuais. Como, também, Ribeirãozinho não enviou documentação, essa área entre Ribeirãozinho e Torixoréu ficam com seus limites inalterados.

General Carneiro e Tesouro. Na área situada no noroeste do Município de Tesouro, próximo a BR-070 e Paredão Grande, General Carneiro alegou exercer ações administrativas. Também, em uma área no sudeste do Município de General Carneiro, Tesouro alegou exercer ações administrativas.

Na oficina de trabalho, o Município de General Carneiro não compareceu e Tesouro requereu aquela área em General Carneiro. Nós fomos a campo, aplicamos um questionário nessa região que Tesouro está requerendo sobre General Carneiro. E o resultado foi que trata-se de uma área de baixo contingente populacional, onde apenas foi possível entrevistar duas fazendas. Estas informaram que o ônibus escolar é de General Carneiro e que a área seria melhor administrada por General Carneiro. Então, fica essa área inalterada entre General Carneiro, que é essa área aqui requerida por Tesouro. Fica inalterada, continua com General Carneiro.

Araguainha e Ponte Branca. Ponte Branca alegou exercer ações administrativas na região de Sete Voltas, até a Serra da Arnica, no Município de Araguainha. O Município de Araguainha não compareceu, Ponte Branca requereu a revisão dos limites nesta área ou que Araguainha dê assistência administrativa nessa região. Como Ponte Branca não entregou

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

documentação e depois desistiu de requerer essa área por ofício, os limites permanecem inalterados. Então, entre Ponte Branca e Araguainha, os limites permanecem inalterados.

Ribeirãozinho e Ponte Branca. Ponte Branca alegou exercer ações administrativas na região próxima a MT-461, na área sudeste do Município de Ribeirãozinho.

Na oficina de trabalho, Ribeirãozinho não compareceu e Ponte Branca concordou com as divisas atuais e que Ribeirãozinho assuma a administração desta área, ficando, então, inalterados os limites. Portanto, ficam inalterados os limites entre Ponte Branca e Ribeirãozinho.

Araguainha e Cocalinho. Na área situada no extremo sul do Município de Cocalinho, região de Barro Preto e do Bacaba. Araguaiana, desculpe, alegou exercer ações administrativas. Na oficina de trabalho, Araguaiana e Cocalinho, de comum acordo, solicitaram a visita de campo e a aplicação de entrevista na comunidade.

Este é um registro fotográfico da nossa visita e a aplicação do questionário. Nós tivemos como resultado que 66% dos moradores entrevistados disseram que o Município de Araguaiana teria melhores condições de administrar a região, pela proximidade com o seu núcleo urbano. Então, conclui-se procedente o requerimento do Município de Araguaiana e esta área é uma área de 248,13 quilômetros quadrados, o que representa 1,49% da área do Município de Cocalinho, caracterizando, desta forma, um ajuste territorial. Esta é uma área requerida que passa, então, na nossa proposta, a pertencer ao Município de Araguaiana.

Nova Xavantina e Barra do Garças. Na área situada ao norte do Município de Barra do Garças, Nova Xavantina alegou exercer ações administrativas em função desta área estar próxima de seu núcleo urbano. Na oficina de trabalho, o Município de Barra do Garças não compareceu. Nova Xavantina requereu a área situada ao norte do Município de Barra do Garças. Nova Xavantina entregou documentação de atendimento no seu PSHM dos moradores desta área de fazendas. A vistoria de campo constatou que a região de fazendas fica próxima ao Distrito de Indianópolis (Pindaíba) em Barra do Garças, este é um centro de referência para esta região de fazendas, este Distrito de Indianópolis. Inclusive, as crianças destas fazendas estudam neste Distrito de Pindaíba, na escola onde nós fomos, na Marechal Rondon.

Então, como este distrito exerce uma forte influência sobre essa região de fazendas, o limite fica inalterado.

Esta é a região de fazendas requeridas Pelo Município de Nova Xavantina, ao norte aqui, no Município de Barra do Garças, aqui é o Distrito de Indianópolis. Então, nessa região, nós constatamos que há um relacionamento forte com a cidade, sem dúvida, mas há, também, um relacionamento forte com o Distrito de Indianópolis.

General Carneiro e Barra do Garças. General Carneiro alegou exercer ações administrativas na área do Município de Barra do Garças por estar localizada bem próxima do seu núcleo urbano. Os Municípios de General Carneiro e Barra do Garças não compareceram à oficina de trabalho. E, também, General Carneiro não entregou documentação, então, os limites ficaram inalterados. Os limites entre General Carneiro e Barra do Garças permanecem os mesmos.

Alto Araguaia e Araguainha. Na área situada ao norte do Município de Alto Araguaia, Araguainha alegou exercer ações administrativas tendo como referência o Córrego Cervo até a Serra da Matinha, por estar localizada bem próxima do seu núcleo urbano.

Alto Araguaia e Araguainha registraram uma proposta de comum acordo e esta área fica inalterada na oficina de trabalho. Só que os Municípios colocaram uma divisa seca entre eles, entre os Municípios de Alto Garças, Alto Araguaia e Araguainha. E pediram uma revisão desta linha seca que é muito difícil de administrar. Então, a proposta de alteração é somente nessa divisa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

de linha seca que fica, então... A área de Alto Garças para Araguainha é de 25,14 quilômetros quadrados, e a área de Araguainha para Alto Garças é de 21,82 quilômetros quadrados, tendo uma diferença a favor de Araguainha de 3,32 quilômetros quadrados, o que representa 0,09% da área do Município de Alto Garças, caracterizando o ajuste territorial.

A área de Alto Garças para Alto Araguaia é de 39,75 quilômetros quadrados, e a área de Alto Araguaia para Alto Garças é de 24,10 quilômetros quadrados, tendo uma diferença a favor de Alto Araguaia de 15,65 quilômetros quadrados, o que representa 0,40% da área do Município de Alto Garças, também no ajuste territorial.

Então, primeiro, Araguainha e Alto Araguaia, os limites entre eles ficaram inalterados, tendo alteração somente entre as divisas de Alto Garças e Araguainha, que era uma linha seca, reclamada na oficina de trabalho, indo, agora, por elementos geográficos, uma pequena alteração já mostrada nos números. Também, entre Alto Garças e Alto Araguaia que era uma linha seca e, agora, por elementos geográficos visíveis no campo e fáceis de administrar entre os Municípios.

Gaúcha do Norte e Paranatinga. Na área situação a Noroeste do Município de Paranatinga, Gaúcha do Norte alegou exercer ações administrativas. Na Oficina de Trabalho Gaúcha do Norte não compareceu e Paranatinga requereu que os limites fiquem inalterados. Considerando que Gaúcha do Norte, também, não encaminhou nenhuma documentação, os limites permanecem inalterados. Então, esses limites entre Paranatinga e Gaúcha do Norte ficam inalterados.

Novo São Joaquim e Barra do Garças. Novo São Joaquim alegou exercer ações administrativas na região de Toricueije, na área Leste do Município de Barra do Garças, por estar localizada mais próxima do seu núcleo urbano.

Na Oficina de Trabalho os dois Municípios não compareceram E Novo São Joaquim, também, não entregou documentação. Então, os limites ficam inalterados. Então, os limites entre Novo São Joaquim e Barra do Garças ficaram inalterados.

Alto Taquari e Alto Araguaia: na área situada ao Sul do Município de Alto Araguaia, Alto Taquari requer discutir sobre a divisa próxima ao Assentamento Gato Preto, visando a melhoria do atendimento dos serviços municipais nessa região. Na Oficina de Trabalho Alto Taquari requereu a área da Serra Preta e Alto Araguaia permaneceu a permanência dos limites atuais. Considerando que Alto Taquari não entregou a documentação dessa área e, também, porque essa é uma área de baixo contingente populacional conclui-se que deve permanecer inalterado esse território.

Então, nessa região próxima ao Distrito de Buriti, essa região de Serra Preta, ficam inalterados os limites de Alto Araguaia e Alto Taquari.

Paranatinga, Feliz Natal e Nova Ubitatã: nas áreas situadas ao Norte do Município de Paranatinga e ao Norte de Nova Ubitatã o Município de Feliz Natal alegou exercer ações administrativas em função de essas áreas estarem próximas do seu núcleo urbano. Na Oficina de Trabalho, Feliz Natal não compareceu e Paranatinga e Nova Ubitatã requereram a permanência das divisas atuais.

Feliz Natal, também, não entregou documentação.

Então, toda a divisa entre esses três Municípios os limites fica inalterada, permanecendo com está atualmente.

São José do Povo e Pedra Preta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

São José do Povo solicitou revisão territorial em área próxima à comunidade Flor do Prata. Na Oficina de Trabalho São José do Povo alegou exercer ações administrativas na região do assentamento 28 de Dezembro, região do Prata, e do assentamento Wilson Medeiros.

Pedra Preta solicitou manutenção das divisas atuais.

Esse é um caso que requereu ida ao campo nessa região.

Então, aplicamos questionários aos moradores dessa região. O resultado foi que 78% dos moradores entrevistados quiseram passar a pertencer ao Município de São José do Povo alegando esse ter melhor condição de administrar a região. Diante dos resultados, então, conclui-se procedente o Requerimento do Município de São José do Povo. A área dos assentamentos 28 de Dezembro e Wilson Medeiros é de 78,42 quilômetros quadrados, representando 2,04 da área do Município de Pedra Preta, caracterizando, desta forma, um ajuste territorial.

Aí temos o assentamento 28 de Dezembro e o assentamento Wilson Medeiros, que mostrou um forte relacionamento com a área urbana de São José do Povo. Então, a nossa proposta é que esse território passe a pertencer ao Município de São José do Povo.

Nova Ubiratã e Paranatinga.

Nova Ubiratã alegou exercer ações administrativas em parte da área do Município da comunidade de Piratininga que está no Município de Paranatinga. Na Oficina de Trabalho Nova Ubiratã alegou atender essa região com transporte escolar e propõe principalmente rever a divisa seca que tem ali e que, também, é muito ruim para administrar.

Paranatinga afirmou que a divisa deve permanecer inalterada.

Nova Ubiratã entregou documentação de administração na área de saúde, atendimento na área escolar e rotas de ônibus escolar.

Então, também, demandou trabalhos de campo. Esses são alguns registros fotográficos da região.

Diante dos resultados da vistoria de campo concluímos que 100% dos entrevistados disseram recorrer aos serviços de Nova Ubiratã e que o Distrito de Piratininga era uma referência importante para essa região.

Conclui-se procedente o Requerimento do Município de Nova Ubiratã.

A área da região de parte do assentamento de Piratininga e fazendas é de 385,52 quilômetros quadrados, o que representa 1,59% da área do Município de Paranatinga, caracterizando, dessa forma, um ajuste territorial.

Temos a divisa por linha seca entre os dois Municípios e essa é a região requerida. Fazemos aí a divisa por elementos naturais fácil demais, fácil de administrar pelos gestores públicos, alterando essa área para Nova Ubiratã.

O último finalmente!

Quero agradecer a vocês por estarem aqui, ainda, presentes firmes e fortes.

Entre Jaciara e Campo Verde.

Campo Verde requereu parte da área do assentamento Terra Forte que está no Município de Jaciara. Os Municípios registraram uma proposta de comum acordo sinalizando, desenhando um croqui de que área seria essa. Então, nós calculamos e essa área tem 5,56 quilômetros quadrados, o que representa 0,33% da área do Município de Jaciara caracterizando um ajuste territorial. Essa é a área do assentamento. O assentamento é maior, em Campo Verde. Tem uma parte dele no Município de Jaciara. O Município de Campo Verde já atende com rotas escolares e tal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Então, por acordo essa área do assentamento passa a pertencer ao Município de Campo Verde, dando segurança de atuação aos gestores públicos no território.

Eu tenho um quadro resumo dessa área em que procuramos fazer todos os cálculos, caracterizando que todas as alterações estão estritamente dentro dos parâmetros do projeto, nenhum acima de 5%, e caracterizando, dessa forma, um ajuste territorial. E, também, um quadro final, ainda, de todas as alterações dos Municípios dessa região. O Município que apresenta dado ou não foi alterado ou ganhou área. Só estamos mostrando as perdas.

Então, as perdas totais estão dentro do parâmetro de 10% do projeto. Foram todas calculadas dentro estritamente do que está caracterizado no projeto.

Agora, então, estou às ordens para todas as manifestações, dúvidas que eu puder esclarecer e toda a nossa equipe também.

Muito Obrigada por tudo! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Quero convidar as autoridades, novamente, para compor a mesa e dar continuidade ao nosso trabalho.

Convido o Sr. Aparecido Alves para compor a mesa conosco.

Eu passo a palavra para a Dr^a Millane Chaves, Chefe da Unidade Estadual do IBGE.

Após a sua fala, Dr^a Millane Chaves, vamos dar um intervalo de dez minutos para um *coffee break* e voltamos para que sejam feitas as perguntas a quem competir.

A DR^a MILLANE CHAVES - Bom dia a todos!

Muito obrigada pela participação do IBGE; Deputado Nininho, a quem saúdo; Dr. Reinhard Ramminger, Secretário Adjunto; Dr^a. Ligia; Sr. Aparecido. Sintam-se todos saudados!

É uma honra muito grande participar representando o IBGE. Vou fazer uma breve contextualização desses trabalhos que já estamos há um bom tempo juntamente com a SEPLAN.

Quero parabenizar novamente a SEPLAN, em especial a Dr^a Ligia; o Deputado Nininho, pela coragem de levar à frente esse trabalho, e externo os meus agradecimentos a nossa equipe, à Renata, ao Mikael, aos nossos técnicos que vêm do Estado todo, à medida de nossas possibilidades, acompanhando esse trabalho.

Na verdade, o IBGE é o principal usuário desse trabalho. Na medida em que vamos a campo, a primeira coisa que precisamos é de um limite territorial consistente e embasado na legislação.

É importante ressaltar que, conforme fora falado, por determinação constitucional, por legislação, a atribuição é do Estado de dirimir todo e qualquer embate, toda e qualquer inconsistência com referência aos limites municipais.

No que se refere aos limites entre Estados, o IBGE é competente para tal. Por isso é importante essa parceria do IBGE juntamente com a SEPLAN, porque, Deputado Nininho, conforme colocamos, nós tínhamos muito problemas.

Nesse sentido, novamente, eu parableno, porque quando o IBGE ia a campo e nós tínhamos inconsistências, principalmente as áreas descontínuas, isso era um problema muito grande. E quando estamos a campo não somente nas operações censitárias, que é onde fica mais evidente, no censo, na contagem da população, onde sabemos que somos mais requeridos, especialmente pelas administrações municipais, é o IBGE que está ali à frente, na linha de frente, quando temos aquelas questões a definir para onde vai aquela população. E a população requer e sempre vai requerer isso do IBGE. Mas não havia aquela ciência de que essa atribuição - e às vezes isso não ficava muito

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

claro - é uma atribuição, conforme muito bem colocado e sempre esclarecido, constitucional do Órgão Estadual de Planejamento.

Quando o IBGE se via com aquelas situações principalmente de uma área descontínua ou de uma área que não é de ninguém ou que tem uma inconsistência, nós, exercendo a nossa missão institucional, precisamos fazer o nosso trabalho, seja a contagem; seja um censo agropecuário; seja uma pesquisa de levantamento sistemático de produção agrícola; seja um levantamento das atividades econômicas, que isso vai refletir no PIB municipal de um Município e isso é um indicador de desenvolvimento.

Eu sempre ressalto, sempre vou deixar isso muito claro, que não se pode falar em desenvolvimento econômico, em crescimento econômico se não se tem muito claro qual é o limite territorial. O limite, a geografia é a base para qualquer estatística.

Por isso, o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística vai ter cada vez as suas melhores estatísticas com base num território muito bem definido. E essa definição de um território, no que se refere aos limites intermunicipais, é uma atribuição de um órgão de planejamento que agora, com muita coragem, vem sendo feita. Sabemos que é um trabalho difícil. O IBGE é parceiro. O IBGE com a sua equipe técnica participa, conforme falei, porque somos os principais interessados e somos, também, os principais interessados em ter uma base única.

Então, nós tivemos momentos na nossa história - e estamos trabalhando conjuntamente para isso - em que tínhamos bases territoriais, malhas territoriais diferenciadas entre o IBGE e a SEPLAN. Não é, Lígia? E por que isso acontecia? Por isso que eu fiz esse regaste histórico.

Quando chegava o IBGE em algum Município e não existia uma clareza entre aqueles limites municipais, o que cabia ao IBGE? Fazer a contagem, fazer o nosso trabalho. Fazíamos o nosso trabalho e ali ficava aquela solicitação, aquele indicativo para que isso fosse resolvido posteriormente.

Mas eu deixo claro que não é o IBGE, conforme vocês viram, que tem essa atribuição legal. Da mesma maneira que um Município não pode exercer as suas atividades administrativas em um território de outro, o IBGE também não pode, no que tange aos limites municipais, definir de quem é o território. O IBGE, sim, define os limites entre Estados.

É por isso que o IBGE participa ativamente com as suas equipes, acompanhando. Cabe-nos acompanhar, dar todo o nosso conhecimento, tudo aquilo que temos, e contribuir com as equipes técnicas para que tenhamos o melhor resultado possível, o melhor trabalho e que, realmente - tenho certeza que é isso que vai acontecer desse longo trabalho que ainda falta de três a quatro anos, sabíamos que era um trabalho muito longo -, tenhamos, que seja daqui a três, quatro anos, uma malha territorial redondinha, uma malha territorial condizente com os anseios, com as expectativas e com o desejo da sociedade mato-grossense.

Então, conte sempre conosco, com o IBGE, com o que precisar. Nós contamos com a Assembleia Legislativa, com a SEPLAN, com o Executivo sempre na certeza de que quando caminhamos juntos fazemos sempre o melhor trabalho.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Eu quero agradecer, em nome da Sr^a Millane, a toda equipe do IBGE.

Com certeza, Dr^a Millane, é de grande importância essa parceria e a participação do IBGE.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Como disse, este é um trabalho em conjunto do IBGE, aqui comandado pela SEPLAN, quero parabenizar, em nome da Dr^a. Lígia Camargo, por toda sua equipe.

A Assembleia Legislativa, como parceira, entrou dando a estrutura até para que isto fosse possível de ser viabilizado com mais agilidade. Quero dizer que não queremos demorar mais três anos. Acho, Dr^a. Lígia Camargo, como já falamos em outro momento, não sei se, agora no começo do ano, continuo ou alguém vai ter que presidir este trabalho, mas espero que, no máximo, em mais um ano, um ano e pouco concluamos os 141 Municípios.

Haja vista que esse terceiro e quarto bloco até surpreendeu-me, a agilidade que vocês tiveram isto, como foi dito, é um trabalho que, muitas vezes, nenhum político gostaria de estar à frente dele porque existem interpretações, “Ah! O Deputado não é nada!”.

Esta é uma função que cabe à Assembleia Legislativa, alguém tem que assumir esta missão, não podemos aqui ficar fazendo de conta, ocupando um espaço que é concedido pela população e não fizemos o nosso trabalho, pois é um trabalho importantíssimo para o Estado de Mato Grosso, esta definição vai ser uma coisa definitiva, de uma vez por todas, todos os nossos cidadãos mato-grossenses saberão a qual Município pertencem, onde vão recorrer pelos seus direitos.

É isto que esperamos fazer com a maior transparência possível para que possamos, ao final do nosso trabalho, prestar o nosso serviço e ter a consciência tranquila de que procuramos fazer o melhor e o mais justo para a população de nosso Estado.

Quero dizer que com certeza este trabalho vai continuar tendo o apoio da Assembleia Legislativa para que possamos dar agilidade.

Somos cobrados diariamente de outras regiões que dia que vai estar, que dia que vai ser incluído nos próximos blocos para poder... A ansiedade é que chegue lá também. Acho que precisamos realmente fazer isto com a maior agilidade possível.

Vamos suspender a Audiência por dez minutos, vamos para *Coffee Break*, quero cumprimentar meu grande amigo Feltrin, Secretário do nosso querido Estado de Rondonópolis que também está acompanhando e ninguém melhor do que você com a experiência que tem longas datas frente gestão municipal, sabe os impasses que tem com os Municípios, com as divisas e essas distorções.

Vamos suspender por dez minutos um *Coffee Break* a todos, depois nós voltamos os nossos trabalhos.

(SUSPENSA A AUDIÊNCIA PÚBLICA ÀS 10H28MIN E REABERTA ÀS 10H47MIN)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Dando reinício aos nossos trabalhos, vamos convidar o primeiro inscrito, Sr. Valdemir José dos Santos, Prefeito Municipal Nova Ubiratã, para que ele faça uso da palavra.

O SR. APARECIDO ALVES - Deputado, antes, só quero informar a metodologia adotada pela equipe técnica, nós vamos disponibilizar três minutos para cada, quem for fazer o uso da fala, e a todos os questionamentos referentes ao trabalho executado, a Dr^a Ligia responderá ao final. Não se preocupe que responderá ao final.

Aquele Município que se sentir prejudicado poderá formalizar seu requerimento na comissão, o Presidente Deputado Nininho, em um prazo de quinze dias, então, tem quinze dias para estudar e apresentar na comissão as suas reclamações técnicas.

O SR. VALDEMIR JOSÉ DOS SANTOS - Bom dia a todos! Primeiramente, agradeço a Deus principalmente por nos permitir esse momento, quero cumprimentar o Deputado Nininho, em seu nome cumprimentar toda mesa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Quero agradecer a nossa equipe que está aqui o Bruno Becker nosso companheiro do Conredex, os Vereadores que estão aqui presentes, agradecer todos os Vereadores, todos os Municípios, os Prefeitos eleitos, Prefeitos reeleitos e só agradecer, graças a Deus. Deu certo! Eu acho que é muito importante esse trabalho técnico que envolve o IBGE, acho que tem que trabalhar com coerência, inclusive os nossos Prefeitos eleitos. A questão nossa ali: tinha uma comunidade que nós atendemos com saúde, com educação, transporte escolar, pertencia territorialmente ao Município de Paranatinga, mas era do Município de Nova Ubiratã... Eu acho que é muito importante saber que muitas vezes não falando mas, criticando. Outro Município pediu para permanecer a mesma divisa, temos que ter coerência, gestores, Prefeitos, Vereadores. Nós temos que nos sentir lá no campo, viu Deputado Nininho, é importante. O que importa é a prática esta localidade que é 38 mil hectares, que é fazenda e o assentamento e a localidade de palmito, já pertencia, na prática ao Município de Nova Ubiratã, agora dentro lei vai fazer jus ao um gestor trabalhar dentro da lei, transportar o aluno que é do nosso Município, dar assistência para quem é do nosso Município, na saúde e em outros setores, como por exemplo a ponte que tem lá e que está caída entre a divisa, estava dentro de Paranatinga e fica na nossa divisa e vamos poder arrumar esta ponte. Então fica uma distância mais de 15 quilômetros da sede de Paranatinga, com certeza nunca teve assistência, mas agora estaremos assumindo isto com muita energia, com muita disposição para a comunidade da Palmito, por Paratininga que estão conosco.

Muito Obrigado por esta oportunidade e agradeço mais uma vez, especialmente à doutora que explanou aqui e trabalhou com muita lisura e possibilitou levantar estas questões técnicas, como inclusive as fotos que estão aí no documentário.

Muito obrigado, que todos tenham um bom dia e que Deus os abençoe.
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado prefeito. Passemos ao segundo inscrito Bruno Becker, registrador de imóveis de Nova Ubiratã. O senhor tem três minutos para as suas colocações.

O SR. BRUNO BECKER - Bom dia a todos. Deputado Nininho. Cumprimento a mesa presente, demais participantes aqui do evento.

O nosso Município na divisa com Paranatinga, possui um assentamento Rural. O assentamento rural é registrado no Cartório de Nova Ubiratã e esta alteração que houve trouxe um benefício enorme para o assentamento, porque conseguimos manter a unidade e a integridade desta comunidade sem criar divisões entre os dois Municípios e com isto foi atingido o objetivo da Assembleia Legislativa e desta comissão constituída.

Muito Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado Sr. Bruno. Passemos ao terceiro inscrito Adriano Volgt, Secretário Municipal de desenvolvimento de Primavera do Leste. O senhor tem três minutos para as suas colocações.

O SR. ADRIANO VOIGT- Bom dia a todos! Cumprimento a mesa em nome do meu amigo Aparecido Alves, terror do INTERMAT.

Pessoal, estou aqui só para parabenizar essa equipe maravilhosa comandada pelo Deputado Nininho e pela Dona Lígia, a Renata também do IBGE, o José Henrique que nos visitou, o pessoal da SEPLAN também, Reiner, companheiro antigo de Barra do Garças.

É uma tarefa muito difícil. Eu vou falar mais tecnicamente, não politicamente, porque hoje eu estou Secretário, mas também eu sou Engenheiro Agrônomo da Prefeitura de Primavera do Leste.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Independentemente do prefeito que estiver na conclusão deste trabalho, que já se iniciou ano passado com as oficinas, possivelmente estarei junto e lutando pelo melhor para a população que será atendida.

Nós tivemos na primeira oficina quase um embate de tapa, havia dois Vereadores nosso, pessoal do Poxoréu... E a verdade, sempre foi feito uma análise técnica, e na primeira conversa se falava muito em ônus e bônus. Hoje nós estamos, por essa confirmação atual, absorvendo praticamente 4.000 pessoas assentadas de uma forma irregular.

Primavera hoje para fazer um loteamento além de toda infraestrutura, o loteador ainda tem que dar uma escola, uma creche, algum equipamento público. Essa área de Novo Poxoréu, a Prefeitura terá todo ônus. Em compensação a área produtiva que gera recursos ficará para Poxoréu.

Então, apesar que hoje não é aquela briga de portugueses e espanhóis quando existia o tratado de Tordesilhas, que foram invadindo... A nossa preocupação maior, Deputado Nininho, é nessa transição.

Vossa Excelência falou aqui hoje em mais ou menos um ano e meio para se concretizar esse processo, e nós temos uma população carente que necessita de ações, um exemplo: A Energisa não consegue levar energia lá, porque não tem a planimetria dos lotes, da invasão, do local, e com isso nem a legitimidade do domínio da área. Assim, a Energisa não consegue levar energia.

Nós tínhamos até alguns dias atrás uma milícia da água, uma milícia da energia e de outras tantas milícias. Mas fica aqui o comprometimento do Prefeito Érico em continuar atendendo essa população, continuar atendendo em saúde, em educação, hoje a Prefeita Jane já atende. A saúde basicamente o apoio do dia a dia essa população está tendo em Primavera do Leste.

E para finalizar para toda essa comunidade que nos acompanha hoje do Vale Verde, do Timbá, do Buritis, agora com a aprovação dos nossos Deputados, sejam bem-vindos a Primavera do Leste. Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Eu quero agradecer o nosso Secretário Adriano.

E dizer, Adriano, que esse trabalho vem sendo efetuado por blocos. Os blocos 03 e 04 têm um prazo legal que vai se dá em 15 dias para recurso, e terá um prazo para analisar. Esses dois blocos, no máximo em 30, 60 dias, têm que estar definidos e já será homologada a lei que vai se resolvendo e já se define... Não vamos aguardar totalizar todos os 141 Municípios. Tanto que os dois primeiros blocos já têm uma lei efetuada, já estão definidos e aprovados os limites.

Dando continuidade, quero chamar para fazer uso da palavra o nosso companheiro Prefeito eleito do Município de Poxoréu, o Sr. Nelson Paim.

O SR. NELSON PAIM - Bom dia a todos!

Eu cumprimento o Deputado Nininho, a mesa e todos os nossos ouvintes. Sou Nelson Paim, Prefeito eleito de Poxoréu.

Acompanhei a primeira reunião da SEPLAN no Município de Poxoréu. E vejo com um pouco de tristeza o levantamento da SEPLAN, porque na nossa concepção, pelo menos na minha visão, está se tornando legal uma invasão de um território de um Município que foi legalmente constituído e acaba que tirarão uma parte do nosso Município.

Essa população se estabeleceu eu acho que de 06 anos atrás para cá, e são alguns loteamentos que são irregulares, inclusive há uma parte do território da União. E esta gestão atual já fez alguns investimentos como escola, como a construção de uma UBS - Unidade Básica de Saúde.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

A minha preocupação é futura, porque o crescimento desta população nesta região não parará, teremos em um futuro muito próximo mais problemas. Queria deixar para a SEPLAN a possibilidade de uma reavaliação, as pessoas se instalaram naquele território porque não tinham condições de comprar, talvez, lotes, residências na parte alta de Primavera do Leste devido ao valor imobiliário. E não continuarão tendo condições também.

A tendência desta região e desta população é de crescer e aumentar, pelo que me foi informado, a parte do território que está passando pela remarcação pega um pouco mais da área que está sendo ocupada. Isto trará um prejuízo muito grande para o Município de Poxoréu, trará um prejuízo futuro enorme e o problema não será resolvido nesta mudança de limite que está sendo feita agora, porque as pessoas continuarão ocupando as áreas, continuarão se estabelecendo ali e logo mais teremos o mesmo problema de divisas, porque Primavera do Leste não poderá adentrar no Município de Poxoréu, que também não poderá adentrar no Município de Primavera do Leste.

Acho que o caminho, eu disse isto em algumas reuniões que fiz na Nova Poxoréu, é a regularização fundiária, o caminho é agora... Temos uma deficiência de Censo, esta população que está estabelecida ali não está sendo contada para o Censo de Poxoréu.

Portanto menos recurso para a saúde, menos recurso para a educação e nós já estamos chegando em 2020 e a partir do momento que tivermos um novo Censo...

O SR. APARECIDO ALVES - Conclui Sr. Prefeito.

O SR. NELSON PAIM - Sr. Presidente, gostaria de mais 01min para concluir.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - O Sr. Nelson Paim tem mais 02min para concluir.

O SR. NELSON PAIM - Só queria deixar registrado esta posição nossa, como prefeito eleito, como foi falado agora. Em um momento muito próximo Poxoréu continuará assumindo os custos e os ônus desta população e logo mais passará este território para Primavera do Leste com todo o investimento que foi feito e logo mais, quando passar esse novo Censo, quando essa população contaria com Poxoréu com novos recursos, acaba que vai passar para Primavera do Leste.

Quero só deixar registrada essa nossa posição. Se possível, entrarei em contato com a gestão atual para que entremos com um recurso para manter esse território em Poxoréu. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Com certeza, Prefeito, vai ter um prazo que vai ser aberto para que todos possam fazer por escrito suas reivindicações.

Quero chamar para fazer uso da palavra o Vice-Prefeito do Município de São Pedro da Cipa, Eduardo José da Silva, que dispõe de 3 minutos.

O SR. EDUARDO JOSÉ DA SILVA - Bom dia a todos! Em nome do Presidente desta Comissão, Deputado Nininho, quero parabenizar por esse excelente trabalho feito na Revisão Territorial, Dr^a Lígia.

Quanto a nossa questão com Poxoréu, que é na região de Raizinha, tínhamos compreensão de que ela, realmente, pertencia a Poxoréu, então não fizemos questão de brigar por ela, uma vez que lá é um local tradicional de Poxoréu. Então não fizemos questão. Com Juscimeira, da mesma forma.

Só que, Deputado Nininho, como o senhor é o Presidente desta Comissão, quero levar-lhe uma situação complicada para nós de São Pedro da Cipa, bem como acho que vai ser um problema e deve estar sendo um problema para outros Municípios também, que são Municípios novos, criados recentemente, e outros até antigos. A SEPLAN faz um belo trabalho, quero até

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

parabenizar aqui o levantamento que foi feito, só que estamos tendo dificuldades no nosso Município, que ele foi criado em 1991, porque 50% das nossas áreas ainda estão registradas nos Municípios oriundos, nos Municípios mães: Dom Aquino, Poxoréu, Juscimeira e Jaciara. Sempre temos o problema de certidão. Pedimos a certidão da SEPLAN, mas o cartório não aceita a certidão da SEPLAN, porque não a reconhece, a certidão que eles aceitam é a do INTERMAT. Por sua vez, Deputado, quero aqui fazer um apelo, não sei por qual motivo, mas quero aqui lembrar do tempo que o Aparecido foi Presidente do INTERMAT, as coisas lá pareciam funcionar mais rapidamente. Nós temos casos de certidão que há um ano não sai do INTERMAT. Não sei se é o caso de muitos aqui. Gostaria de ver como poderíamos resolver isso. Os cartórios, a SEPLAN e a Assembleia Legislativa tinham que chegar a um consenso, uma vez que precisamos da documentação, e os Cartórios teriam que aceitar a certidão da SEPLAN, porque senão todo esse trabalho que o senhor está fazendo junto com a Comissão será em vão.

Estamos perdendo receita. Temos uma briga com Juscimeira com relação ao ITBI, temos problemas com Poxoréu também com relação ao ITBI e com isso perdemos o FETHAB e perdemos nossas receitas. Então gostaria de pedir à SEPLAN que nos disponibilizasse técnicos para fazer novo levantamento.

Muito obrigado. Era só essa reclamação que eu tinha para fazer. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, Eduardo. Quero me colocar à disposição.

Gostaria que você levantasse todas essas inscrições que estão fora do seu Município e as trouxesse para acompanharmos e, junto ao INTERMAT e à SEPLAN, resolvermos. Os demais Municípios, da mesma forma. Não é justo uns assumirem o ônus, e outros ficarem com o bônus. Então tem que ser resolvida essa situação, que é realmente preocupante.

Passemos a palavra ao nosso companheiro e amigo, Prefeito de Nova Xavantina, Sr. João Batista, que teve habilidade e sabedoria de fazer uma candidatura única naquele Município. Quero parabenizá-lo, João. O senhor dispõe de 3 minutos para as suas colocações.

O SR. JOÃO BATISTA VAZ (CEBOLA) - Bom dia a todos e a todas. Obrigado, Deputado Nininho, pelas deferências. Quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e cumprimentar toda a mesa.

Estou bastante preocupado com esta Audiência Pública e com os próximos desdobramentos disso.

Vou citar aqui o caso do meu Município. Quem poder observar, viu que vamos perder 4,96% do nosso Município para o nosso irmão, o Município de Campinápolis; e pleiteamos também uma porcentagem em torno de 5% do Município de Barra do Graças, no entanto, pelo relatório final, não seremos contemplados.

A minha preocupação é a seguinte. Temos relatórios aqui que comprovam que, só de saúde e de documentos que juntamos para esta Comissão - eu sou Prefeito reeleito, porque eu era Vice-Prefeito, assumi o último ano e fui reeleito agora -, nesta gestão do Prefeito anterior, nos três anos dele, e na minha gestão, nós atendemos mais de cinco mil pessoas nas áreas de saúde, educação e assistência social no nosso Município que vieram do Município de Barra do Garças, em especial na área de saúde, pela questão de logística.

Geograficamente falando, de Barra do Garças até nossa comunidade vizinha, que está no Município de Barra do Garças, são 120 quilômetros; mas dessa comunidade até o meu Município são 40 quilômetros. Então é muito mais fácil as pessoas que lá residem, quando estão atrás de socorro de saúde, procurarem o nosso hospital municipal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Aí eu pergunto, Sr. Presidente: eu já sei que perdi uma área para Campinópolis e sei que não ganhei a área de Barra do Garças que requeri. Se eu receber um paciente de Barra do Garças no meu hospital, eu posso mandá-lo descer da maca e ir para Barra do Garças?

Então, assim, eu acho que são coisas que têm que ser decididas com muita cautela e com muita inteligência, porque senão daremos um tiro no pé ao invés de resolvermos os problemas.

Vejo que desse relatório aqui nada constou de saúde das demandas que juntamos. Acho que redivisão dos Municípios... Não quero nem questionar a área que perdemos para Campinópolis, até porque nosso Prefeito anterior de Nova Xavantina assinou um documento concedendo parte de seu FETHAB, porque, logisticamente, a comunidade em questão está muito mais próxima de Campinópolis do que de Nova Xavantina. É a mesma coisa com esse pedaço que estamos pleiteando de Barra do Garças, no entanto não fomos contemplados...

O SR. APARECIDO ALVES - Um minuto para concluir, Prefeito.

O SR. JOÃO BATISTA VAZ - Têm alguns casos que são gritantes. O Município de São Félix do Araguaia, por exemplo, se você ver no mapa, é uma tripa bem comprida. Esse teria que ser resolvido. Mas nesses casos aqui eu acho que a Assembleia Legislativa vai ter que ter muita inteligência, porque, é lógico, os Prefeitos que forem atingidos farão um corpo a corpo com os Deputados. Eu sou um desses. Acho que temos que repensar essa divisão, reanalisar os documentos que foram juntados, inclusive, os de Nova Xavantina, sob pena de cometermos faltas graves. Por exemplo, se eu não for contemplado, eu já vou deixar de atender os municípios de Barra do Garças na questão de saúde, porque hoje nós gastamos 33% da nossa receita corrente líquida com saúde para atender pessoas do Município vizinho, oriundas de uma área que estou requerendo, porém não vou ser contemplado com esse pedaço. Então eu estou fora! Vou suspender os atendimentos a partir de amanhã no hospital.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Eu gostaria, Prefeito, neste prazo de quinze dias, que todos fizessem o seu pedido de reavaliação. Eu gostaria, Sr^a Lígia, dentro dessa situação, se for necessário, de fazer uma pesquisa em campo e ouvir, não sei qual é o critério, se já foi feito esse trabalho. E, se for necessário, retornar a essa comunidade para que ela seja ouvida e se o desejo for pertencer à Nova Xavantina para que pudéssemos reconsiderar. É uma sugestão, mas a senhora vai ter a oportunidade de fazer sua resposta. A senhora está mais a par da situação.

Eu vou passar a palavra ao Vereador do Município de Primavera do Leste, Antônio Marcos, que dispõe de três minutos para fazer as suas colocações.

O SR. ANTÔNIO MARCOS - Bom dia a todos os presentes!

Eu quero cumprimentar essa Mesa Diretora, na pessoa do Presidente, Deputado Nininho; eu cumprimento todos da Mesa Diretora.

Eu estive analisando e fiquei grato em falar, após o Município de Poxoréu. O que me surpreende, senhores, é o anseio e a vontade de se ter a área, mas por que não trouxe a cópia, pelo menos dos documentos, do levantamento feito nesta área... O pessoal do IBGE está de parabéns, a SEPLAN, o Deputado Nininho, na Presidência, vocês estão de parabéns. Aqui falou, também, o Secretário de Primavera do Leste de politicagem. Além da politicagem tem que ter responsabilidade. Essa área se trata de gente, Secretário. Vossa Excelência vai deixar de assistir política e não vai assistir o povo?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Nós estamos políticos. Eu aceitei o desafio de estar vereador e nem por isso eu fiz a defesa e fiz um levantamento. Vossa Excelência tinha que trazer um levantamento, irmãos. É meio complicado se fazer política, porque, às vezes, você tem que ser meio direto.

E esse povo não veio aqui por acaso. O levantamento que feito por mim e pela Vereadora Carmen Betti está compatível com o que foi mostrado aqui no telão. Estão mentindo o Vereador Biru e a Vereadora Carmen? Está mentindo o IBGE? Está mentindo a SEPLAN?

E me preocupa, senhores, quando se fala em tribuna que não é da nossa região, que vamos buscar o apoio dos Deputados, das pessoas envolvidas politicamente. Não foi feito com política isto aqui, isto aqui está procurando solução.

Este povo da Nova Poxoréu, da Vale Verde, senhores, para vocês terem uma ideia, está afastado do Município onde tem a obrigatoriedade de atender, 40 quilômetros. E poderia trazer aqui quando se fala em defesa, os números do atendimento na promoção social, os números do atendimento na saúde, o atendimento na infraestrutura, porque agora, sim, tem investimento. Mas, os senhores podem fazer o levantamento que o documento da escola feita, das providências tomadas foram após se tratar nas oficinas, senhores. Não foi feito antes.

Eu gostaria que os senhores mantivessem esta proposta, porque Primavera do Leste já sai perdendo, sim, Adriano. Agora, já volto atrás, tenho que concordar com o seu posicionamento, sai perdendo, sim, porque a região produtiva não entrou no contexto, entrou a demanda. Mas, quem quer estar em um cargo público tem que abraçar a demanda.

Sempre falei que quem vem para a política tem que aceitar o desafio do pai largar a mãe feia com os filhos e quem tem que cuidar é o gestor público, ou senão monta uma empresa particular. Quem está no órgão público tem que cuidar de gente, Deputado Nininho.

E Vossa Excelência, o senhor realmente não esteve lá, a SEPLAN, o IBGE foram lá, fizeram um trabalho bastante sério. Não passou por estes vereadores que trouxeram o relatório, vocês foram conferir se era verdade, parabéns. Foi bem feito assim. O Deputado Nininho, realmente, não foi lá, mas cuidou aqui, com carinho.

Agora, Deputado Nininho, o senhor vai ter que ir, porque vocês vão ter que mandar emenda para Primavera do Leste para atender este povo, que nós só ficamos...

O SR. APARECIDO ALVES - Conclua, Vereador.

O SR. ANTÔNIO MARCOS - Vou concluir.

Só ficamos com o ônus, o bônus continua para Poxoréu.

Vamos ter bom senso e cuidar de gente, fomos eleitos para cuidar de gente.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Quero passar a palavra à vereadora, também do Município de Primavera do Leste, nossa companheira, Vereadora Carmen Betti Borges de Oliveira. A senhora tem três minutos para fazer suas colocações.

A SR^a CARMEN BETTI BORGES DE OLIVEIRA - Cumprimento, em especial, a Dr.^a Lígia Camargo. Os demais da mesa sintam-se cumprimentados. Quero, também, fazer um cumprimento em especial ao Sr. Antônio, que está desde as três horas da manhã acordado, buscando o pessoal para que, hoje, nós estivéssemos com uma boa representatividade, porque na oficina - como disse o nosso Secretário - nós quase fomos massacrados. Estávamos aqui com boas intenções para discutir e com muita hostilidade fomos participar da oficina...

Eu só quero deixar bem claro que, da minha parte, da parte do vereador, não existe politicagem. Nós, simplesmente, queremos assistir a essas pessoas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Essas pessoas que, muitas vezes, foram chamadas de invasores nessas oficinas de trabalho, duas três, quatro vezes, não levando em consideração que são seres humanos, que precisam de uma assistência básica, independente de que maneira eles estão lá, se tem títulos ou se não tem títulos. São seres humanos e precisam ser assistidos. Por causa dessa falta de compromisso que, até então, desde 2013, quando eu assumi, como vereadora, nós observamos essa falta de compromisso por parte do prefeito, da Prefeitura de Poxoréu.

Nós tivemos essa iniciativa de buscar essa demanda, de batalhar, de enfrentar a tudo e a todos para o bem maior dessa população. São mais de cinco mil pessoas residentes ali. Fala-se muito em questão de invasão, fala-se muito em questão de ônus. Hoje, o Poder Público só pensa em bônus e o ônus... Se é para atender à demanda existente, para cuidar de uma população de seres humanos, nós estamos prontos para também receber o ônus - conforme dizem - entre aspas. Porque eu tenho certeza de que toda a movimentação que essas pessoas fazem dentro do Município não será ônus para Primavera do Leste.

Primavera do Leste, aqui representada por nós, recebe com muito carinho... E quero reforçar o pedido do nosso companheiro vereador para que se mantenha essa proposta. Hoje, nós não estamos tirando um palmo, um centímetro de áreas produtivas de Poxoréu, não...

O SR. APARECIDO ALVES - Conclua, vereadora.

A SR^a CARMEN BETTI BORGES DE OLIVEIRA - Agora, quando se fala em senso, aparecem - entre aspas - o ônus, o bônus. Cada vez que eu observo e acompanho essa situação, eu vejo o quanto é preocupante, porque colocam sempre em primeiro lugar o bônus e esquecem que existem seres humanos por trás disto.

Parabéns à Comissão! Fez um excelente trabalho. Foi muito pontual, muito séria, sem politicagem. Estamos aqui de braços abertos para fazer parceria com Poxoréu que é nosso vizinho. Não queremos briga nenhuma. Tenho certeza que foi uma atitude muito sensata da Comissão. Estamos como parceiros, como vizinhos, para continuar batalhando e ajudando essa população.

Acaso, no futuro...

O SR. APARECIDO ALVES - Vereadora, conclua, por gentileza.

A SR^a CARMEN BETTI BORGES DE OLIVEIRA - Um minuto!

Acaso, no futuro, como disse o nosso Prefeito, tiver problema e se Primavera do Leste não estiver honrando com seu compromisso, aí sim, mas tenho certeza que Primavera do Leste honrará com seu compromisso e dará suporte e dignidade a essa população.

Obrigado e bom dia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Convido para fazer uso da palavra o Sr. Rubilei Ferreira Dias, Vice-Presidente de Vale Verde, no Município de Poxoréu.

O SR. APARECIDO ALVES - Sr. Presidente, só informar que esta audiência está sendo transmitida pela Rádio FM da Assembleia, 89.5, e a *TV Assembleia* está gravando toda a Audiência que estará à disposição de quem precisar.

Quero pedir aos próximos inscritos que, por gentileza, respeitem o tempo, porque tem uma lista enorme de inscritos e, em seguida, o Deputado terá outros compromissos.

O SR. RUBILEI FERREIRA DIAS - Primeiramente, bom dia a todos, pois levantamos de madrugada para chegarmos aqui.

Não posso deixar de agradecer o projeto apresentado pelo senhor e pela Carmen, senão, não teríamos chegado aqui. Quando se fala de gente... Não querem cuidar de gente. Só

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

querem dinheiro, voto e título. Esse foi o problema do Novo Poxoréu. Criaram o Novo Poxoréu e não cuidaram.

Estou há cinco anos, Deputado Nininho, morando naquele lugar. Hoje, não somos mais invasores como chamam, porque nós compramos a terra do Chico e estamos pagando. (PALMAS) Então, estamos vivendo dignamente ali. Realmente, não tínhamos condições de viver em Primavera do Leste, porque é mais caro.

Ali nós temos que cuidar de gente. O povo que está li é humilde. É por isso que eu defendo esse povo e estou aqui.

Era só isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Convido para fazer uso da palavra o nosso companheiro Prefeito Jeovan Faria, do Município de Campinápolis.

O SR. JEOVAN FARIA - Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento o Deputado Nininho, Presidente da Comissão, e parabênzo toda equipe pelo trabalho.

Serei bastante breve.

Fui reeleito Prefeito de Campinápolis e temos uma briga com três Municípios. Entendemos que precisamos de uma revisão com relação a Santo Antônio do Leste. Foi bem dito aqui pelo nosso companheiro João Batista Vaz, o Cebola, do entendimento com relação aos Municípios de Campinápolis e Nova Xavantina, que Campinápolis faz toda assistência. Acho que foi comprovado isso.

Queremos contestar, Sr. Presidente, Deputado Nininho, com relação a Santo Antônio do Leste, porque o objetivo da Comissão, o objetivo do trabalho é atender a população, atender as pessoas. Temos o entendimento de que Santo Antônio do Leste está preocupado com o território e não em atender pessoas. Entendemos que o território pleiteado por Santo Antônio do Leste, o número populacional é pequeno e não sou condizente com Campinápolis perder esse território. Não concordamos com essa situação, porque Campinápolis já tem quase 50% do Município de reserva indígena e perder mais esse território, que a população é pequena, um número de moradores pequeno... Então, nós não concordamos, porque o objetivo, o foco principal do trabalho é atender a população, as pessoas, beneficiar pessoas. E lá isso não está acontecendo isso.

Gostaria de pedir à SEPLAN, a toda Comissão que reveja essa situação, que nomeei algumas pessoas para irem *in loco* com as duas partes para delimitarmos a situação com Santo Antônio do Leste.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Solicito, Prefeito Jeovan, que faça por inscrito, aproveitando esse prazo, para que a Comissão possa reavaliar isso e, se for necessário, com certeza, voltar *in loco* e levantar essa situação.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Ivo Rodrigues Rocha, morador do Assentamento Dois Irmãos, no Município de Guiratinga.

O SR. IVO RODRIGUES ROCHA - Bom dia a todos!

Cumprimento a mesa com muita satisfação.

Agradeço a vocês que estiveram na minha casa, no Assentamento Dois Irmãos.

Estou aqui representando o Assentamento Dois Irmãos. Vim aqui falar de sessenta famílias e do Distrito Vale Rico, que na época que não era Distrito era Toguegore.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Eu fiz um pedido ao Prefeito Francinha e aos Vereadores para fazer do Vale Rico Distrito de Guiratinga. Hoje, se chama Distrito Vale Rico, de Guiratinga, por meio do Prefeito Francinha. Eu fiz o pedido lá.

Eu me mudei para o assentamento em 1997, dia 23 de fevereiro, e estou até hoje lutando, mas a maioria da nossa população sofre muito com a distância do Município de Guiratinga. Temos que nos deslocar 60 quilômetros para fazer um tratamento e lá obviamente que não se arruma nada, porque as cidades são fracas, o poder aquisitivo é pouco do Município. Nós nos recorremos muito a São José do Povo.

Fizemos o pedido, a votação deu 84% de aceitação e perdemos essa demanda, mas não tem problema, não. Se não pudermos continuar no Município, Deus abençoará que o Prefeito que vai entrar, agora, o Bolinha, poderá olhar o Distrito com mais cuidado, o Assentamento com mais cuidado, porque são sessenta famílias que estão dentro do assentamento. Tem seiscentos votos em Vale Rico, mas não temos a valor que, às vezes, o pobre precisa ter nas mãos do poderoso.

Eu quero fazer um pedido ao Deputado Nininho, também, que quando for concluir o asfalto da linha do leite que sai em Bandeirantes tenha dó de nós por dentro ali. São 16,5 quilômetros de São José do Povo até Vale Rico. Ponha no projeto de asfalto. Faço este pedido aqui em nome de todos os assentados do Vale Rico e da região, também, dos agropecuaristas.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado!

Eu gostaria que, se possível, depois, faça um ofício e o encaminhe para nós para fazermos esse pleito. Se achar pertinente, também, terá quinze dias para contestar. Como o senhor disse, não acompanhei o trabalho... É um trabalho da equipe. A Dr^a Lígia deverá aqui dar as respostas, porque se 84% reivindicaram, vamos ver a possibilidade de revermos isso.

Com a palavra o Sr. Valdivino Rodrigues de Souza, Vereador do Município de Araguainha.

O SR. VALDIVINO RODRIGUES DE SOUZA - Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Deputado Nininho.

Parabéns pelo trabalho, Deputado!

Eu só quero avisar a Comissão que Araguainha participou da oficina aqui, em Cuiabá, confrontou com Ponte Branca e foi falado que Araguainha não participou. Participamos, sim, do confronto. Temos o documento que prova que damos a logística na região da Serra da Arnica com o Córrego Fundo, com a Sete Voltas e, também, fazemos confronto com Alto Garças, que no dia da oficina não compareceu para fazer o debate.

A distância de limite é maior com Ponte Branca, e com Ponte Branca eles fizeram o debate; com Araguainha não fizeram; com Alto Araguaia também - está ali o pessoal de Alto Araguaia - onde fizemos o confronto, solicitamos que seja feita uma revisão territorial geograficamente, porque hoje a Linha Seca com Alto Garças, aquela região nossa ali... Então, nós queríamos que fosse feita uma ratificação, porque Araguainha participou do encontro.

Muito Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, Vereador.

Eu passo a palavra agora ao nosso amigo Valdeci Feltrin, Secretário de Receita do Município de Rondonópolis.

O SR. VALDECI FELTRIN - Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Deputado Nininho e em seu nome cumprimentar todos os componentes da mesa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Eu só queria fazer uma observação, não é uma reclamação, sobre nosso limite de Rondonópolis com Pedra Preta.

Tem algum representante de Pedra Preta aqui ou não? (PAUSA) Tá.

Eu só queria clarear que quando reunimos para acertar aquela divisa ali entre Rondonópolis e Pedra Preta, ali tinha uma Linha Seca. E como o mapa é muito antigo, esta Linha Seca tangenciava o lugarejo chamado Galileia, a Vila, e Galileia ficava dentro de Pedra Preta. Em um consenso com os Vereadores, que reunimos na época, cedemos um pedaço para Pedra Preta e pegamos um pedaço menor exatamente para abraçar Galileia e ficar dentro de Rondonópolis, que era o desejo deles. Na época, também, a Câmara achava que Galileia tinha que ficar mesmo em Rondonópolis.

Por fim, eu queria parabenizar a Comissão, Deputado Nininho, para ver se... Eu sei que ainda tem alguns conflitos aqui para serem dirimidos, mas se esse cronograma até dezembro concluir esse trabalho para nós vai ser muito interessante. Estamos fazendo um plano diretor e essa carta básica do Município vai ser muito importante para ele fazer o seu planejamento, seja urbano, seja rural.

Então, é mais um agradecimento e não uma reclamação. Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, Secretário Valdeci Feltrin. Com certeza, o objetivo é conseguir voltar esses blocos ainda este ano.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Rafael Sá, nosso companheiro, Prefeito de Torixoréu.

O SR. RAFAEL SÁ - Bom dia a todos!

Cumprimento os componentes da mesa na pessoa do Deputado Nininho.

Quero só deixar registrado em Ata, Deputado Nininho, que assumi o Município há seis meses e, como foi dito aqui, teve comum acordo com Guiratinga. Só que eu não vejo esse acordo, porque quando assumi a ponte lá estava quebrada, liguei para o Prefeito ele não teve interesse em arrumar. O único acesso que tem a esse pedaço de Guiratinga é por Torixoréu, não tem outro acesso. As fazendas, as propriedades que estão lá fazem compras em Torixoréu; votam em Torixoréu; todo serviço de saúde, de estrada, depende de Torixoréu.

Então, como pode ter um acordo se quando precisa não é atendido? Torixoréu continua sempre atendendo, não tem como não atender, porque não podemos deixar as pessoas desassistidas.

Se houve esse acordo na época, eu quero retificá-lo. Acho que não vale dessa forma.

Era só isso. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Eu peço ao Prefeito Rafael que faça por escrito a sua contestação para que possa ser avaliada dentro do trabalho que, se for necessário, será revisto também.

Eu passo a palavra ao Vereador Cleiton Rodrigues, nosso companheiro de Paranatinga.

O SR. CLEITON RODRIGUES - Bom dia a todos!

Em nome da Lígia, quero cumprimentar todos os presentes.

Quero deixar registrado, para ficar registrado em Ata, que Paranatinga também não concorda com o levantamento com a nossa divisa com Nova Ubiratã. Nós percebemos ali que o foco de Nova Ubiratã, simplesmente, está na extensão territorial e nas áreas produtivas, já que é uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

região bastante produtiva de soja e algumas fazendas. Inclusive, com levantamento, com buscas até de transferência de matrícula que foi feita, foi feito esse levantamento por parte de Nova Ubiratã.

Foi colocado também, aqui, um levantamento à Comissão que tem uma parte do assentamento lá de Piratininga que pertence a Paranatinga.

Esse assentamento lá, Deputado, Sr^a Ligia, pertence a Nova Ubiratã, na extensão total, é de responsabilidade dele, sim, porque a divisa do Município de Paranatinga e Nova Ubiratã, a mais de 30 quilômetros longe desse assentamento, e as fazendas que são atendidas pelo Município de Paranatinga, a parte de estradas é atendida pelo nosso Município, a parte do transporte escolar até na divisa é paga pelo nosso Município.

Então a briga é simplesmente, hoje, pela parte produtiva que tem dentro do nosso Município de lavouras, principalmente, de grandes fazendas, como a Tauá.

Nós estamos tendo dificuldade de mudança de inscrições, vamos fazer um levantamento e entregar por escrito à Comissão com provas.

Então, queria deixar registrada essa parte aqui na Comissão e deixar registrado aqui que não concordamos com esse parecer prévio da Comissão.

Muito Obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, Vereador.

Como o senhor já disse, tem um prazo agora para formular por escrito a sua reclamação.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Gilson José de Souza, Presidente do Assentamento Wilson Medeiros, do Município de São José do Povo (AUSENTE).

Com a palavra, o Vereador Paulinho, do Município de São José do Povo, para fazer uso da palavra.

O SR. PAULO ALVES DE PAOLA - Primeiramente, quero agradecer a Deus por estar aqui representando o nosso Município de São José do Povo.

Em nome do Deputado Estadual Nininho, cumprimento os componentes da mesa; em nome da Sr^a Ligia, cumprimento todas as autoridades e companheiros aqui presentes.

Quero falar do suporte que damos ali na região de Poxoréu, Guiratinga e Pedra Preta.

Nós, a Secretaria de Educação, atendemos a região de Poxoréu, buscamos alunos na Fazenda Morro Alto, deslocamos alunos até o Distrito Vale Rico, que pertence ao Município de Guiratinga.

O Município de São José do Povo é um Município pequeno, só que ali o pouco que recebemos do FETHAB aplicamos em estrada. Ali nós fazemos entrada de sítios, porque os maquinários que vem do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o PAC 02, ele é para atender o pequeno produtor rural. É cascalhar estradas, fazer da estrada mestre na casa do cidadão, que muito das pessoas que moram em sítio tem dificuldade de sair da sua casa para chegar até na estrada mestre.

Lá em São José do Povo fizemos um trabalho de cascalhamento em todas as estradas mestres e estradas de sítiantes nos assentamentos, que os maquinários que vem que são do PAC 02, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Então, a dificuldade das estradas do Município de Poxoréu é grande. E há uma cobrança muito grande dos moradores daquela região. Atendemos na área da saúde, atendemos na área, igual eu citei aqui, da educação, Vale Rico e Dois Irmãos a mesma coisa, atendemos ali aproximadamente, só dentro do Vale Rico umas duzentas pessoas na área da saúde, já atendemos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Dois Irmãos. Tivemos que pedir autorização em Guiratinga para atender o Assentamento Dois Irmãos em estradas, porque no Assentamento Dois Irmãos, o pessoal, a Prefeitura só patrula as estradas, e o pessoal no tempo das águas tem uma dificuldade grande de deslocar de suas casas. É ônibus de alunos...

O SR. APARECIDO ALVES - Para concluir, Vereador.

O SR. PAULO ALVES DE PAOLA - E também Assentamento Wilson Medeiro e Flor do Prata.

Fizemos ali no Assentamento Flor do Prata uma ponte que nem pertence o Flor do Prata, pertence Pedra Preta, mas como os moradores dependem de São José do Povo praticamente ali 100%. É para pagar INDEA, banco, saúde, escola, tudo eles recorrem São José do Povo.

Então, nós demos suporte ali para essas regiões. Em nome dos moradores, pedido dos moradores, eu fiz essa solicitação para essas regiões.

Então, já que...

O SR. APARECIDO ALVES - Para concluir, Vereador.

O SR. PAULO ALVES DE PAOLA- Já que nós atendemos, nós queremos... E vou falar outra coisa: nós não vamos atender mais a essas regiões. Então, quero que o Deputado Nininho olhe isso com carinho, porque nós estamos ali atendendo, o Deputado sabe que o nosso Município passa por dificuldade financeira. É um Município pequeno onde nossa arrecadação é baixa. Eu quero que o Deputado Nininho olhe para essas pessoas com carinho. Só isso que quero falar. Agradeço. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Vereador, um dos objetivos dessa definição, dessa revisão territorial é justamente isso, até porque hoje muitas vezes o Prefeito que vai dar assistência ao outro Município acaba sendo penalizado pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas, porque ele não tem legalidade de poder fazer investimento na área do outro Município. Então, esse trabalho com certeza vai fazer com que fiquem definidos de uma vez por todos, os limites e que cada um assuma as suas responsabilidades.

Com a palavra, o Gilson José de Souza, Presidente do Assentamento Wilson Medeiros, que retornou ao Auditório. Dispõe de três minutos para fazer suas explanações.

O SR. GILSON JOSÉ DE SOUZA - Bom dia!

Desculpe por ter ido beber água e acabei...

Primeiramente, eu quero agradecer pelo Projeto. É um Projeto de suma importância.

Eu sou Presidente da Associação do Assentamento Wilson Medeiros, onde tem 108 famílias. E também eu tenho uma preocupação muito grande.

A minha preocupação ouvi os outros falarem porque eu ouvi algumas autoridades políticos dizendo a questão de repreensão.

Por exemplo, nós fazemos parte do Município de Pedra Preta e hoje estamos passando para São José do Povo. Tanto faz Wilson Medeiros como o 28 de Dezembro tem a preocupação sobre assistência, se essa cidade que está nos recebendo se vai ter algum amparo que possa nos assistir. Espero que esse fundamento, essa conclusão esse projeto não demore tanto.

E quero mais uma vez dizer como eu vi alguma admiração de alguns políticos, até entendendo, porque às vezes você faz um projeto e não é aquilo que você quer. Mas eu ouvi alguns políticos dizerem que esse Projeto da Casa seria um projeto ilegal que incentivava algumas invasões de limites, não acredito nisso, acredito que às vezes tem algum político que ainda não coloca na sua cabeça que fazer política sem gente não tem cabimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Este projeto foi baseado nos Direitos Humanos de primeira e segunda gerações que são garantidos pela Constituição Federal e tenho certeza que o político sem o povo não tem como ser político. Acredito e peço a cada político que está aqui, que não está contente com o que aconteceu, que não deixe de retribuir em cima da gente, o que, às vezes, vai ser bom para o futuro.

O bom político pensa no bom para o cidadão, para o eleitor, é isto que quero pedir para cada um. Quero até agradecer à Vereadora Iraci, que é de Pedra Preta, quero dizer que isto não é uma briga política do Presidente da Associação Wilson Medeiros com Pedra Preta, ao contrário, me baseei em quê? Eu sou representante do povo e tenho que estar do lado do povo, fui o último a assinar e disse: “onde vocês estiverem, eu estarei com vocês.”.

Infelizmente vai para São José do Povo? Vai. São José do Povo nos ajuda? Ajuda. Não vou mentir. Graças a Deus, foi acolhida a vontade da maioria dos assentamentos, recolhemos de 108 lotes, 107 lotes a favor de São José do Povo, não é culpa do Presidente da Associação porque, uma que não sou político, sou apenas o representante do povo.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado.

Agora vou passar ao último inscrito, Vereadora Iraci, do Município de Pedra Preta.

A SR^a IRACI FERREIRA DE SOUZA- Bom dia Senhoras e Senhores.

Bom dia mesa e representantes.

Estou aqui com muito orgulho representando os trabalhadores rurais de Pedra Preta, Prefeitura e a Câmara, sou Vereadora reeleita, sou assentada, por isso sei também o sofrimento deste povo.

Estou aqui para defender o assentamento Wilson Medeiros e o assentamento Flor do Prata.

Vejo que dentro do nosso Município não temos faltado com a responsabilidade e o apoio dentro do assentamento Wilson Medeiros, vejo que não é justo perdermos uma parte do nosso território para São José do Povo, sendo que estrada, ponte, manilha, tudo é feito por Pedra Preta.

Agora, por uma divisão ser passado... Vencemos até por parte política. Outra questão, o assentamento Flor do Prata é um assentamento que assistimos desde o ano 2000, toda a assistência que teve lá dentro foi de Pedra Preta e hoje só porque uma ponte que pertence a São José do Povo, São José do Povo está querendo que passe para ele. Outra coisa também que não foi citada aqui, nós não sabemos a que Município o Assentamento Água da Serra pertence, então, nós não fomos convidados para fazer parte dessas reuniões quando foram feitas lá no Município.

Então, quero deixar aqui minha indignação pelo trabalho, pelo serviço prestado, que a Prefeita e os outros Prefeitos têm feito principalmente no Assentamento Wilson Medeiros. Então, pedimos aqui, Senhor Deputado, que reavalie essa situação, porque sabemos do sofrimento do povo e a questão maior que eles têm dentro do assentamento hoje é a água, vamos lutar por água, por titulação, por outras coisas que eles precisam, mas eu vejo que o que a população mais precisa é de ser assistida e não que reavaliem a questão territorial.

Então, peço para vocês até mesmo para eles que estão aqui e estão indignados com a situação e vejam isso com mais carinho, não estou preocupada com voto, porque metade do pessoal do assentamento já vota em São José do Povo e em Rondonópolis, nós estamos lá para trabalhar para o povo.

Muito obrigada. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Gostaria, Vereadora Iraci, que no prazo de 15 dias faça por escrito suas colocações para que a comissão possa reavaliar.

Passarei a palavra a Dr^a Lígia para que possa fazer as suas colocações e responder as perguntas que foram colocadas.

A SR^a LÍGIA CARMAGO - Foram muito boas as colocações, eu agradeço a todos que se manifestaram, há algumas colocações de Poxoréu, Nova Xavantina, Campinápolis, Torixoréu, no sentido de reavaliar. Então, nós acolhemos todas essas manifestações, aguardamo-las de forma oficial, vamos sim nos debruçarmos sobre elas, fazermos uma reflexão juntamente com a Comissão de Revisão Territorial dos Municípios da Assembleia Legislativa, que tem a prerrogativa da decisão final.

Eu quero lembrar a todos os senhores que a Secretaria de Planejamento é um suporte técnico, nós fornecemos todos os subsídios técnicos, porém a decisão final é aqui da Casa, então nós estamos receptivos a todas estas manifestações que se fizerem.

Quanto ao Município de São Pedro da Cipa, que é a questão da certidão de localização do empreendimento rural, que é uma certidão que nós emitimos, na Secretaria de Planejamento, de localização da sede rural do empreendimento para fins de recolhimento dos impostos junto a Sefaz, é uma certidão específica para a Secretaria de Fazenda. Atualmente nós estamos com contingenciamento de despesa e não estamos realizando este trabalho, Deputado, por isto que São Pedro da Cipa está se manifestando, mas a partir do momento que nós tivermos a liberação deste trabalho nos voltaremos prontamente a fazer a certidão, só estou informando quanto a isto.

Quanto ao Município de Araguainha, nós reveremos esta informação sobre a participação na oficina, se tivermos que corrigir, nós corrigiremos. Nós faremos um relatório técnico, tudo registrado, as atas estão assinadas, então é só olhar se a Ata está assinada ou não e nós revemos isto, não há problema nenhum. Erros podem acontecer e nós os assumimos com toda a tranquilidade se for o caso.

Foram estas as colocações, se eu for falar de cada uma especificamente... Posso até falar, não haveria problema nenhum, mas podemos responder de forma oficial as que assim se fizerem.

Nova Xavantina quer uma explicação?

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR^a LÍGIA CARMAGO - Nova Xavantina requereu aquele território em Barra do Garças, certo? Nós fizemos todas as etapas lá, desde a visita, a oficina de trabalho, que o senhor participou, uma participação efetiva, quero registrar, nós fomos lá em campo, entrevistamos 100% das fazendas, porque assim foi o encaminhamento do Deputado Nininho, “de agora em diante vocês irão em 100%, não é por amostragem”, nós fomos em 100%. Qual a situação que nós registramos ali? São grandes fazendas, grandes propriedades, e há sim um relacionamento com Nova Xavantina. É reconhecido. O senhor mesmo entregou a documentação, que por sinal só chegou às minhas mãos na semana passada. Nós temos esse documento, nós já nos debruçamos sobre ele, inclusive boa parte dessa documentação é de moradores de Pindaíba, lá de Indianópolis, que o senhor não requereu, essa foi a questão primordial? Requereu as fazendas dali.

E qual é a questão? Se as fazendas passarem para o Município do senhor... Qual foi o resultado nessa nossa análise, que nós podemos com toda tranquilidade reavaliar, não há problema quanto a isso? Essa parte da população, as crianças estudam na escola Marechal Rondon em Indianópolis, tem um relacionamento forte com Indianópolis de atendimento em várias situações.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

Mas também reconhecemos que o hospital de Nova Xavantina é bem aparelhado para certas questões que eles necessitam como urgência, que não há em Indianópolis, que é um distrito. Então, eles recorrem aos serviços de Nova Xavantina.

O problema é dissociar essa região de fazendas do distrito. Ou vai o distrito inteiro e as fazendas junto, ou não vai nada. Porque é o mesmo caso do 28 de Dezembro com Vale Rico, são territórios indissociáveis, porque eles têm um relacionamento forte com o núcleo urbano desse distrito.

O senhor registra essa questão, e nós avaliaremos da melhor forma como podemos encaminhá-la. Mas o resultado foi esse, e também nessa região de fazendas não há uma população significativa morando nelas, o senhor pode ir lá, nós podemos ir de novo, nós fomos em 100% delas, não há um contingente populacional que moram nessas fazendas, e eles têm um relacionamento forte com Pindaíba, isso não pode ser desconsiderado.

Então, é só isso, mas nós faremos sim uma nova reflexão, esse período é para isso.

O SR. ANTÔNIO MARCOS - Eu lembro bem que quando começou os trabalhos foi dito que ia prevalecer o plebiscito, que nós faríamos o levantamento e passaríamos para vocês da comissão para analisar. E no resumo final prevaleceria o plebiscito.

Nesse quesito eu espero que prevaleça realmente, porque está notório que a população tem interesse de estar em Primavera do Leste. Agora, se Poxoréu quer rever essa questão e entrar com recurso, eu já vou até direcionar aqui para o Secretário, porque ele está na Pasta de gestão e gestor é que gosta de orçamento. E precisa de orçamento.

Então vamos ter que rever a região do Daltrozo e rever as partes produtivas. Porque, no momento, eu, na minha particularidade, junto com a Vereadora Carmen Betti, desde o começo estamos aqui defendendo um atendimento melhor para aquele povo, para aquela população daquela localidade. A Prefeitura de Primavera do Leste já teve maquinário apreendido ali por estar tentando atender o povo. A dificuldade para dar suporte para o povo é muito grande. Eu não consigo entender por que as pessoas, às vezes, acham que nós vamos fazer...

O SR. APARECIDO ALVES - Para concluir, Vereador.

O SR. ANTÔNIO MARCOS - Mas tem gente que fica segurando!

Então só estou pedindo que prevaleça o que foi combinado no começo - que está em Ata, inclusive - de que seria tomada a decisão através do plebiscito.

O SR. APARECIDO ALVES - Só para informar, nem a Dr^a Lúcia nem nós podemos aqui emitir já julgamento dos recursos que vão entrar.

O recurso é um direito de cada um que se sentir prejudicado. A Assembleia Legislativa não pode se recusar de receber esse documento, e todos serão analisados dentro do prazo.

Tudo que foi combinado com os senhores dentro da metodologia de trabalho será obedecido. Então não se preocupem.

Para concluir, Deputado Nininho, quero parabenizar Vossa Excelência pela Presidência desta Comissão, porque em nenhum momento Vossa Excelência pediu para os membros da Comissão Técnica ajudarem determinado Município. Vossa Excelência está de parabéns.

As coisas mudaram! Antigamente, na Assembleia Legislativa se fazia uma lei da noite para o dia, em Sessão noturna, e arrancava metade do Município. Não é, Feltrin? Hoje não se faz mais isso. Hoje temos a consciência de que é preciso ouvir a população, ouvir a orientação técnica e o conjunto dessas ações que vai determinar a orientação dos limites, para que possa cada vez mais melhorar para o cidadão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

A preocupação da Assembleia Legislativa é com os cidadãos que vivem nos Municípios e que precisam de educação, saúde e infraestrutura.

Então quero agradecer ao Deputado Nininho por conduzir este trabalho.

E quero também falar que fiquei triste, porque, em algumas falas, falou-se só do IBGE e da SEPLAN. Mas quero dizer que a Assembleia Legislativa também tem uma equipe técnica que trabalha junto com esses dois órgãos fazendo esse tripé. Essa é uma associação que está dando resultados. Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado ao nosso companheiro Aparecido Alves. Cido, com certeza, a Assembleia Legislativa tem feito a parte dela.

Quero, em seu nome e no da Dr. Lúcia, parabenizar todos os servidores. Sou sincero, não conheço toda a equipe, mas, como você colocou, Cido, não fiz questão e não faço, em momento algum, de intervir nesse trabalho, até porque não cabe a mim. Estou simplesmente exercendo minha função de Deputado. Não quero prejudicar nem Município A, nem Município B, nem beneficiar A ou B. Não tenho motivos para isso.

Gostaria que todos entendessem que esta é uma missão, é uma função nossa. Tenho certeza que, mesmo vocês que hoje se sentem prejudicados, futuramente, avaliarão e verão que esta ação vai ser de grande importância para todo o Estado de Mato Grosso. É necessário ter esta definição dos limites dos Municípios para a nossa população bem assistida.

Haja vista a dimensão territorial do nosso Estado, muitas vezes, comunidades que estão a 80 quilômetros, 100 quilômetros, cento e tantos quilômetros vão ter oportunidades de buscar seus direitos a 10, 20 ou 30 quilômetros. Com certeza, esses são os benefícios.

Este é o nosso objetivo: poder fazer esse trabalho com a maior clareza possível, sem procurar cometer injustiça alguma.

Quero aqui, encerrando esta Audiência Pública, agradecer à Dr^a Millane, que aqui bem colocou a importância deste trabalho, e agradecer o apoio de toda a sua equipe do IBGE, que sempre se fez presente, junto com as equipes da SEPLAN e da Assembleia Legislativa, nesse trabalho, que, com certeza, é de grande importância para a população.

Dr. Reinhard, nosso Secretário-Adjunto, quero aqui também agradecer-lhe. Vossa Excelência foi sempre muito atencioso, muito dedicado. Como o senhor diz, o senhor já foi Parlamentar, já esteve aqui nesta Casa e hoje está fazendo parte desse trabalho, representando o Governo do Estado. Quero agradecer-lhe a sua participação.

E, em nome da Dr^a Lígia, quero agradecer toda a equipe da SEPLAN. Dr^a Lígia, sei que este trabalho não é fácil. Nós já tivemos o exemplo dos primeiros dois blocos. Se fôssemos nos acovardar, já teríamos desistido! Mas jamais fizemos isso. Houve, sim, grandes debates, atritos e contestações, mas acabou sendo superado. Hoje temos uma lei aprovada que já está em vigor.

Dizer que esse é o nosso trabalho, vocês, representando o Governo; nós, representando a Assembleia Legislativa; e o IBGE, representando o Governo Federal.

Dizer que se trata de um trabalho necessário e, com certeza, muito importante para o nosso Estado.

Quero, ao encerrar esta Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, agradecer a presença a cada um de vocês que aqui estiveram. Com certeza é importante vir aqui para não perder o momento e poder fazer as contestações. Aqueles que entenderem necessária a apresentação de recursos terão os prazos legais para que seus recursos sejam analisados. Da minha parte, Dr^a Lígia, como já disse, não vou me deslocar a uma comunidade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O RESULTADO DOS TRABALHOS DO
PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS INTERMUNICIPAIS REALIZADO NO ESTADO
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 8H.

sequer, porque seria injusto se eu fosse lá dar sugestões. Mas, se tiver algo que deva ser revisto, todo ser humano é passivo de erro, vamos dar um passo atrás e corrigir as coisas que devem ser revistas.

Então quero dizer que, se tiver que atrasar uma semana ou duas para revermos algumas situações, da minha parte não se preocupem, porque eu quero que tudo seja feito com a maior transparência possível.

Quero cumprimentar o nosso amigo, nosso Vice-Prefeito eleito, atual Vereador de Santo Antônio do Leste, Arimatéia, que aqui está representando o Município.

Encerrando, eu convido a todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino d de Mato Grosso.

(O HINO DE MATO GROSSO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Declaro encerrada a presente Audiência Pública. (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Luciane Carvalho Borges;
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Rosilene Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.